

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2019

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2019 foi muito positivo para a Neoenergia. Além de alcançarmos os melhores resultados financeiros de nossa história, com um lucro líquido de R\$ 2,2 bilhões, lançamos com sucesso as ações da empresa na Bolsa de Valores de São Paulo, alcançando uma valorização de quase 60% em 6 meses. Estes feitos atestam nossa consistência operacional e materializam nossa estratégia de expansão rentável e sustentável dos nossos negócios, focada na geração de energia renovável e no desenvolvimento de redes de transmissão e distribuição.

A geração operacional de caixa do Grupo, medida pelo EBITDA, superou R\$ 5,7 bilhões, um resultado 25,6% superior ao ano anterior. Já o lucro líquido apresentou uma evolução ainda mais expressiva, um aumento de 45,1% no mesmo período. Reafirmamos nosso compromisso com a gestão eficiente das despesas operacionais, que apresentaram trajetória 1,3 p.p. abaixo da inflação, absorvendo o crescimento de mercado e a expansão de nossos negócios. Seguimos também o plano de desalavancagem, refletido na redução do indicador "dívida líquida / EBITDA" em 15% ao longo de 2019, encerrando o ano em 3,0x.

Mantendo o compromisso com o desenvolvimento do setor elétrico brasileiro, investimos R\$ 4,4 bilhões, volume 15,7% superior ao empenhado em 2018, dos quais 89% em redes e 7% em geração de energia renovável.

Em nosso negócio de redes, verificamos um crescimento da energia injetada de 4,0%, alavancado principalmente pelo crescimento da Coelba de 6,1%. Em 2019 consolidamos nossa trajetória de melhoria contínua da qualidade e reduzimos o DEC médio das distribuidoras em 1,7 horas, mantendo-as de forma estruturada, enquadradas nos limites regulatórios.

O índice de perdas das distribuidoras do grupo se manteve estável ao longo do ano, apesar de pequenas oscilações entre as diferentes empresas do Grupo. Destacamos ainda a melhora na cobertura tarifária da Elektro (aumento de 1,4 p.p.) estabelecida na 5ª Revisão Tarifária Periódica desta distribuidora.

A performance de nossas distribuidoras foi reconhecida pelo Prêmio ABRADÉE, onde Elektro e Cosern se classificaram como as duas melhores concessionárias do Brasil, enquanto Coelba e Celpe se destacaram por sua evolução em relação ao desempenho nos anos anteriores.

No segmento de transmissão seguimos com a ampliação de nosso portfólio e no leilão realizado em dezembro de 2019 arrematamos o lote 9, localizado no oeste da Bahia, que reforçará o suprimento da região. Reafirmando o compromisso com a eficiência na construção e gestão de ativos, concluímos entre dezembro de 2019 e janeiro de 2020, mais de 1 ano antes do prazo regulamentar e com investimentos significativamente menores que os estimados no edital do leilão, dos lotes arrematados no certame de abril/2017.

O ano também foi marcado pela expansão da nossa capacidade de geração renovável. No primeiro trimestre de 2019 concluímos a construção da usina hidroelétrica de Baixo Iguaçu, com capacidade instalada de 350 MW, e ao final do ano a usina de Belo Monte chegou a sua capacidade total de geração, 11.233 MW, concluindo o processo de construção da Usina.

Comprometidos com o combate às mudanças climáticas e com a economia de baixo carbono estamos expandindo nossa capacidade de geração eólica, com o desenvolvimento do complexo eólico Oitis no Piauí, um parque eólico com 566,5 MW e um novo modelo de negócios caracterizado pela comercialização de 96% da energia no mercado livre. Destacamos também a antecipação do início da construção do complexo eólico de Chafariz, na Paraíba. Com a conclusão destes parques a Neoenergia alcançará a marca de 90% de capacidade instalada renovável, um perfil ainda mais limpo que o da matriz elétrica brasileira.

Em virtude de nossa atuação sustentável e o desenvolvimento de projetos que respeitam o meio ambiente, realizamos em 2019 a maior emissão de debentures verdes do país, conhecidas como *greenbonds*, um total de R\$1,3 bilhão, que somados às outras fontes de financiamento perfazem R\$ 10 bilhões em captações no ano, entre operações desembolsadas e contratadas. Grande parte destes recursos será alocada na expansão dos negócios de energias renováveis e Redes.

Engajados com a Agenda 2030 e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), investimos no desenvolvimento das pessoas, da economia local e na redução de desigualdades. Em 2019, concluímos o primeiro ano de consolidação do Instituto Neoenergia, que reúne nossas iniciativas de apoio a projetos sociais, culturais e ambientais. Desta forma, através da gestão destes projetos, beneficiamos mais de 16 mil pessoas, equipamentos culturais, fauna e flora, iniciativas que, associadas ao programa de Voluntariado, contribuem para o engajamento de toda a organização com estes compromissos.

Outro projeto que gostaríamos de destacar é a Escola de Eletricitistas, que tem nos permitido uma grande contribuição social na capacitação da população das comunidades onde atuamos e que amplia a oferta de profissionais habilitados a trabalhar em redes elétricas de forma segura, cabendo um destaque especial às duas primeiras escolas de eletricitistas exclusivas para mulheres na Bahia e Pernambuco.

Para sustentar estes resultados contamos com um time engajado, focado na excelência operacional e alinhado ao propósito e valores da Neoenergia e, como acreditamos que o desempenho é alavancado por nossos talentos, investimos no desenvolvimento profissional. Ao longo de 2019 fizemos 1.195 promoções, preenchemos 77% das vagas com recrutamento interno e realizamos mais de 739 mil horas de capacitação.

Resaltando também nossos valores de integridade e responsabilidade, fomos reconhecidos pela Controladoria-Geral da União (CGU) e Apex-Brasil, pelo terceiro ano consecutivo, com o Selo Pro-Ética, o que simboliza nossa jornada contínua e o empenho de todos os colaboradores. Essa trajetória de entrega e credibilidade são as avançadas que impulsionaram o sucesso do nosso estreia na B3 e o consequente aumento do valor das ações. Continuamos recebendo recomendação positiva dos analistas e o volume médio de R\$ 67 milhões por dia garante a liquidez de nosso papel. Finalmente, gostaríamos de agradecer o esforço, compromisso e dedicação de todo o time da Neoenergia e a confiança de nossos acionistas que acreditam em nosso potencial. Asseguro que os bons resultados da Companhia não estarão circunscritos a 2019. Baseado em uma sólida estratégia de crescimento sustentável e em uma atuação consistente e responsável continuaremos criando valor a todos os nossos stakeholders.

### 1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGrama SOCIETÁRIO

A Cosern detém a concessão para distribuição de energia elétrica do Estado do Rio Grande do Norte, composto de 167 municípios potiguares em uma área total de 52.811 km².

#### 1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2019, a Estrutura Acionária da Companhia era a seguinte: 91,5% Neoenergia e 8,5% *free float*.

### 2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

O ano de 2019 se iniciou com uma alta taxa de desemprego e baixo índice de utilização da capacidade da indústria, fazendo com que a economia operasse com alto nível de ociosidade dos seus fatores de produção. O início da agenda de reformas, marcado pela aprovação da reforma da Previdência, a redução das taxas de juros, a inflação controlada, aliado a estímulos pontuais como a liberação de recursos do FGS e PIS-PASEP, contribuíram para que a economia brasileira, no segundo semestre, apresentasse - ainda que de forma tímida - os primeiros sinais de recuperação. No cenário externo, o ambiente se mostrou relativamente favorável para economias emergentes, potencializado pela provisão de estímulos monetários nas principais economias.

No que se refere à inflação, segundo o IBGE, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) encerrou o ano 2019 em 4,31% (3,75% em 2018). Com relação ao IGP-M (Índice Geral de Preços ao Mercado), o índice acumulado alta de 7,30% de janeiro a dezembro de 2019, segundo o Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE), ficando em um patamar mais baixo do que os 7,54% registrados no ano anterior. A Taxa Selic finalizou 2019 em 4,50% a.a. (vs. 6,50% a.a. registrado no final de 2018), seguindo a trajetória de queda que vem ocorrendo desde 2015, além de registrar o menor patamar histórico.

No mercado de energia, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, houve um aumento do consumo de energia em 1,3% no comparativo de 12 meses. Esse aumento se deve principalmente em função da elevação do consumo nas classes comercial e residencial, impulsionada pela ocorrência de altas temperaturas nas regiões Sudeste, Sul e Centro-oeste e pela melhora gradual da economia, que impulsionou o consumo das famílias.

### 3. AMBIENTE REGULATÓRIO

#### 3.1. Aspectos Gerais

##### 3.1.1. Modernização do Setor

A indústria da energia elétrica está passando por profundas transformações no Brasil e no mundo. O consumidor está cada vez mais empoderado, novas soluções tecnológicas surgem a cada dia e temos cada vez mais a necessidade de inserção da energia renovável, com presença crescente na matriz energética brasileira. Em 4 de abril de 2019, através da Portaria nº 187, foi instituído pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") o Grupo de Trabalho para Modernização do Setor. Ao longo de 2019 foram promovidos workshops e consultas públicas sobre os temas diversos, desde sustentabilidade da distribuição até mecanismos de suporte à expansão da geração, como separação entre lastro e energia.

Nessa linha tramitam no Legislativo duas propostas de reforma do Setor Elétrico: o PL 1.917/2015, na Câmara dos Deputados, e o PLS 232/2016, no Senado Federal. Uma das ações concretas no sentido do que se pretende com a modernização foi a publicação, em 12 de dezembro de 2019, pelo MME da Portaria nº 465, reduzindo os limites para acesso dos consumidores ao mercado livre de energia. De acordo com a nova Portaria, a partir de 1º de janeiro de 2021 o limite passará a ser 1.500 kW, a partir de 1º de janeiro de 2022, 1.000 kW e a partir de 1º de janeiro de 2023, 500 kW. Antes da publicação dessa Portaria o limite era 2.500 kW e a partir de 1º de janeiro de 2020 passa a ser 2.000 kW. A Portaria definiu ainda que, até 31 de janeiro de 2022, a ANEEL e a CCEE deverão apresentar estudo sobre as medidas necessárias para permitir a abertura do mercado para consumidores com carga inferior a 500 kW.

##### 3.2. Distribuidoras

###### 3.2.1. Tarifas

Para preservar o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato de concessão a ANEEL estabeleceu que as tarifas de fornecimento pudessem ser atualizadas por meio de três mecanismos: Reajuste Tarifário Anual, Revisão Tarifária Periódica e Revisão Tarifária Extraordinária. Em 2019, a Cosern passou pelo processo de Reajuste Tarifário Anual. As novas tarifas entraram em vigor a partir de abril de 2019, com vigência até 21 de abril de 2020. O efeito médio percebido pelos consumidores cativos em relação à tarifa anteriormente praticada foi um aumento 4,73% para os clientes da COSERN.

###### 3.2.2. Discussões Tarifárias ocorridas ao longo do ano

Durante o ano de 2019 ocorreram ainda discussões importantes sobre aprimoramentos no Custo Médio Ponderado de Capital - WACC, Custos Operacionais Regulatórios e Fator X a serem aplicados nos próximos anos, dentre outras. A seguir são destacadas as de maior relevância em 2019.

###### 3.2.2.1. Taxa Regulatória de Remuneração do Capital - WACC

Em outubro de 2019 a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 26/2019 com o objetivo de obter subsídios para definição de metodologia de cálculo e atualização do WACC. Pela primeira vez, a ANEEL calculou o custo médio ponderado de capital para os três segmentos simultaneamente: geração, transmissão e distribuição. Dentre as propostas apresentadas pela ANEEL estão: (i) a padronização das janelas entre segmentos e atualização anual dos dados; (ii) adoção de uma taxa livre de risco nacional (NTNB), dispensando uso de risco país (já estaria embutido) e debentures do setor elétrico brasileiro para definir taxa de capital de terceiros; (iii) estrutura de capital teórica considerando uma relação ótima de Dívida Líquida sobre o EBITDA equivalente a 2,5; e (iv) a definição de um prêmio de risco adicional para o segmento de distribuição. Ainda não houve decisão da ANEEL sobre o tema.

###### 3.2.2.2. Metodologia de Cálculo dos Custos Operacionais Regulatórios

Em maio de 2019 a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 11/2019 para obter subsídios acerca da metodologia de Cálculo dos Custos Operacionais Regulatórios, a ser aplicada, a partir de 2020, aos processos de revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica. O objetivo foi aprimorar a metodologia de cálculo dos custos operacionais regulatórios para estabelecer um critério adequado para a definição destes custos de modo que estejam alinhados com um objetivo de longo prazo de promover incentivos para eficiência do setor como um todo. A Consulta Pública consistiu basicamente em levantar uma série de perguntas técnicas para que as distribuidoras respondessem, ou seja, não havia inicialmente propostas por parte da ANEEL.

###### 3.2.2.3. Fator X - Ganhos de Eficiência e Produtividade

Em abril de 2019, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 07/2019 para discutir a necessidade de refinamento da desvinculação entre receita e custos que ocorre no atual regime de tarifas (*price cap*, onde se define a tarifa e não a receita). Atualmente o valor da Parcela B é atualizado pela diferença entre o índice da variação da inflação, na maioria dos casos o IPCA, e o Fator X. Sem tal refinamento, estariam mantidos percentuais regulatórios de produtividade que não guardam relação com o histórico recente de variação do mercado ou com o compartilhamento de benefícios aos consumidores por ganhos de escala ou evolução técnica e tecnológica.

Em outubro de 2019, a ANEEL deu sequência às discussões abrindo a Consulta Pública nº 23/2019, onde propôs um mecanismo que considera os ganhos de produtividade dos últimos seis anos que antecederam o processo tarifário em processamento, buscando equilíbrio entre conjuntura e estabilidade. Caso aprovados, os ajustes na metodologia serão aplicados nos processos tarifários (reajustes ou revisões) a partir de 2020.

###### 3.2.2.4. Atualização do Banco de Preços Referenciais do segmento de Distribuição de Energia

Em setembro de 2019 a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 36/2019 para o aprimoramento da proposta de atualização do Banco de Preços Referenciais do segmento de distribuição de energia elétrica, conforme disposto no PRORET. A proposta apresentada pela ANEEL é a de atualização dos valores dos Componentes Menores e dos Custos Adicionais e redistribuição dos grupamentos de empresas, a partir do reposicionamento das empresas de pequeno porte e da divulgação de novos valores dos módulos do Banco de Preço Referencial, considerando apenas atualização dos preços praticados até então. Ainda não houve decisão da ANEEL sobre o tema.

###### 3.2.2.5. Conta ACR

Em 20 de março de 2019, a ANEEL, através do Despacho nº 871/2019, autorizou a antecipação do fim do pagamento das cotas da CDE relativas à Conta do Ambiente de Contratação Regulado - ACR, referentes ao empréstimo intermediado pela CCEE em 2014 para cobrir custos com a exposição involuntária no mercado de curto prazo das distribuidoras. Tal empréstimo começou a ser pago a partir de 2015, e seria quitado em abril de 2020, porém a utilização do fundo de reserva da conta permitiu a antecipação da última parcela para o mês de agosto de 2019, o que contribuiu para a redução dos encargos pagos pelos consumidores na conta de energia.

###### 3.2.2.6. Comercialização

*Mecanismo de Venda de Excedentes - MVE*

A partir de 2019, passou a ser processado o Mecanismo de Venda de Excedentes - MVE, um mecanismo opcional, onde a distribuidora pode vender suas sobras contratuais para o mercado livre. Por princípio é um mecanismo de risco, pois as distribuidoras definem um preço de venda e o resultado financeiro dependerá do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, bem como do preço médio de compra da distribuidora e da sua posição contratual. Além disso, é um mecanismo assimétrico, pois os ganhos advindos da venda do excedente contratual serão compartilhados com os consumidores, enquanto que os prejuízos são integrais da distribuidora. Apenas no caso de se estar acima de 105% e sem direito a involuntariedade é que tanto os ganhos como os prejuízos são integrais da distribuidora.

Em junho de 2019, na Audiência Pública nº 25/2019, a ANEEL apresentou proposta de cálculo para a apuração financeira dos resultados do MVE. No modelo apresentado pela ANEEL, a apuração dos efeitos do MVE seria mensal. Existem discussões no setor no sentido de apresentar uma metodologia cuja análise de sobrecontratação ocorra em base anual.

###### Mini e Microgeração Distribuída

Em janeiro de 2019, a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 001/2019 propondo aprimoramentos das regras aplicáveis à micro e minigeração distribuída que é a geração pelo próprio usuário, de forma local ou remota. Estas regras foram estabelecidas através da Resolução Normativa nº 482/2012, criando um sistema de compensação da energia, em que o consumidor injeta o excedente de energia gerada na rede e utiliza em horário que não está gerando sem pagar pelo uso da rede de distribuição. Esse sistema de compensação tem provocado perdas para as distribuidoras desde a sua implantação em função de subsídios estabelecidos pela ANEEL sem a respectiva contrapartida, além de impactos tarifários para os consumidores convencionais, o que tem sido acentuado em função do crescimento exponencial desse mercado.

Em outubro de 2019, a ANEEL abriu a última etapa de discussões através da Consulta Pública nº 025/2019, apresentando minuta de resolução com as alterações propostas, corrigindo algumas distorções deste modelo, mas mantendo os benefícios para os consumidores existentes e período de transição para aplicação das regras definitivas. A previsão para conclusão da revisão da norma é no primeiro semestre de 2020.

### 4. DESEMPENHO OPERACIONAL

#### 4.1. Número de Consumidores

A Companhia encerrou 2019 com 1.476 mil consumidores, que corresponde ao incremento de 1,8%, equivalente a 26 mil novos consumidores em relação a 2019.

Número de Consumidores (Em milhares)	2019		2018		Participação no Total %		3T19 / 3T18	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	Dif.	%
Residencial	1.297	1.263	87,9%	87,1%	34	2,7%		
Industrial	1	1	0,1%	0,1%	(0)	-11,9%		
Comercial	103	100	7,0%	6,9%	3	2,9%		
Rural	50	61	3,4%	4,2%	(12)	-18,9%		
Outros	25	24	1,7%	1,6%	1	3,2%		
<b>Total</b>	<b>1.476</b>	<b>1.450</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>26</b>	<b>1,8%</b>		

#### 4.2. Evolução do Mercado

Energia Distribuída - Mercado Cativo (GWh)	COSERN		Participação no Total %		4T19 / 4T18		COSERN		Participação no Total %		2019 / 2018	
	4T19	4T18	4T19	4T18	Dif.	%	2019	2018	2019	2018	Dif.	%
<b>Residencial</b>	573	558	45,9%	44,9%	15	2,7%	2.229	2.155	47,4%	173,3%	74	3,4%
Industrial	77	84	6,2%	6,8%	(7)	-8,0%	297	317	6,3%	25,5%	(20)	-6,2%
Comercial	253	257	20,3%	20,6%	(3)	-1,2%	987	978	21,0%	78,6%	10	1,0%
Rural	148	148	11,9%	11,9%	0	0,3%	432	455	9,2%	36,6%	(22)	-4,9%
Outros	198	196	15,8%	15,8%	1	0,7%	758	748	16,1%	60,1%	11	1,4%
<b>Cativo Total</b>	<b>1.250</b>	<b>1.243</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>7</b>	<b>0,6%</b>	<b>4.704</b>	<b>4.651</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>53</b>	<b>1,1%</b>
Mercado Livre	271	273			-1,94	-0,7%	1.078	1.047			31,71	3,0%
<b>(Cativo + Livre)</b>	<b>1.521</b>	<b>1.516</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>5</b>	<b>0,3%</b>	<b>5.782</b>	<b>5.698</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>84</b>	<b>1,5%</b>

A energia distribuída (cativo + livre) pela Cosern no 4T19 foi maior em 0,3%, com relação ao mesmo período de 2018, alcançando o patamar de 1.521 GWh. Com relação ao acumulado do ano, a energia distribuída foi de 5.782 GWh, um desempenho 1,5% maior do que o de 2018.

A classe residencial registrou aumento de 2,7% no 4T19 vs. 4T18 por conta de aumento da base de clientes e maiores temperaturas. No ano, o crescimento foi de 3,4%, atribuído às temperaturas mais elevadas na comparação com 2018 e ao aumento da base de clientes.

A classe industrial cativa, cuja retração foi de 8,0% no 4T19, frente a igual trimestre de 2018, teve seu comportamento influenciado pela migração de clientes para o Ambiente de Contratação Livre (ACL). A análise da classe industrial + mercado livre revela uma queda de 2,4% no trimestre, desempenho influenciado pela redução no consumo do segmento de extração de petróleo, assim como no têxtil.

A classe comercial cativa registrou queda de 1,2% no 4T19, quando comparado com o 4T18, ao passo que no acumulado do ano apresentou crescimento de 1,0%.

A classe rural aumentou 0,3% no 4T19 comparado ao mesmo período de 2018. No acumulado do ano observou-se queda de 4,9%, em função do aumento na quantidade de chuvas ao longo do ano e, consequentemente, da redução da necessidade de irrigação.

#### 4.3. Balanço Energético

A energia injetada (energia entregue aos clientes próprios + concessionárias de fronteira + clientes livre + perdas) atingiu o patamar de 1.719 GWh no 4T19, volume 0,67% superior ao 4T18 em virtude das maiores temperaturas e do aumento da base de clientes. Do total da energia injetada, 72,7% foi destinada ao consumo cativo e 15,8% para o consumo do mercado livre. O restante é considerado como perdas totais do trimestre (perdas técnicas e não técnicas). No ano, a energia injetada pela Cosern cresceu 1,51% vs. 2018, impulsionada pelas maiores temperaturas e maior base de clientes, atingindo 6.425 GWh, dos quais 73,2% foram destinados ao mercado cativo e 16,8% ao mercado livre.

BALANÇO ENERGÉTICO (GWh)	4T19		4T18		4T19 x 4T18		2019		2018		2019 x 2018	
	4T19	4T18	4T19	4T18	Dif	%	2019	2018	2019	2018	Dif	%
<b>Mercado Cativo</b>	1.250	1.243	7	0,56%	4.704	4.651	53	1,14%				
<b>Mercado Livre + Suprimento</b>	271	273	-2	-0,73%	1.078	1.047	32	3,03%				
<b>Energia Entregue (A)</b>	1.521	1.516	5	0,33%	5.782	5.698	84	1,48%				
<b>Perdas Totais (B)</b>	198	191	6	3,35%	643	632	11	1,76%				
<b>Energia Injetada (C) = (A) + (B)</b>	1.719	1.707	11	0,67%	6.425	6.329	96	1,51%				
<b>PT/ Energia Requerida % (B)/(C)</b>	11,5%	11,2%	0,30 p.p.		-	10,0%	10,0%	0,02 p.p.				

NOTA: Os números no Balanço Energético refletem o trimestre e o ano, desta forma o índice de PT/ Energia Requerida não deve ser o mesmo ao informado no item 4.4 Perdas, que apresenta percentual acumulado nos últimos 12 meses.

#### 4.4. Perdas

As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada e a energia fornecida/aturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos abaixo a comparação dos índices de 2018 e 2019 da Cosern.

	Perdas				Perda Total	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019
<b>COSERN</b>	8,42%	8,41%	1,56%	1,59%	9,98%	10,82%

NOTA: Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2019 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. O indicador de dezembro de 2018 foi ajustado para a apuração definitiva.

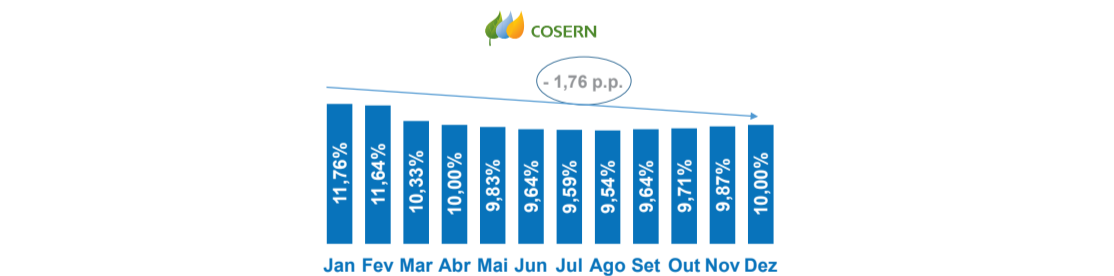
As perdas totais 12 meses da Cosern se mantiveram basicamente no mesmo patamar em 2018 vs. 2019, ambas **abaixo do limite regulatório** de 10,82% e 10,72% respectivamente.

##### 4.4.1 Perdas Reais

As perdas de energia reais são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada, e a energia fornecida/aturada somadas à energia não fornecida/faturada.

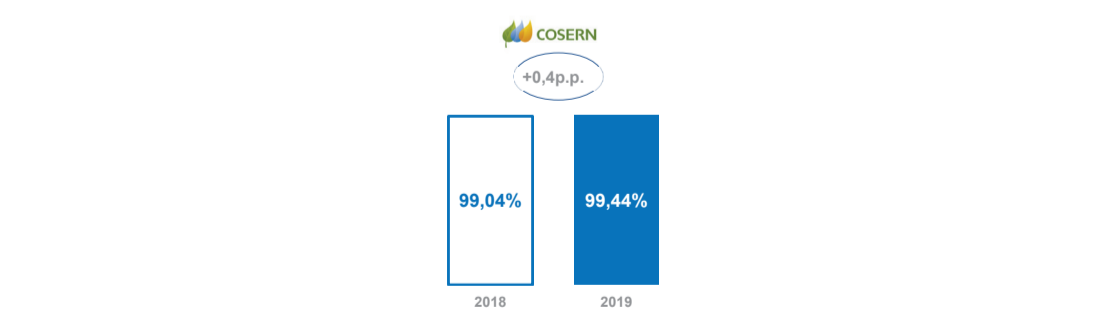
A Companhia vem atuando no Plano de Redução de Perdas e no ano de 2019 as principais realizações foram: a realização de mais de 63 mil inspeções, substituição de mais de 40 mil medidores obsoletos por equipamentos mais modernos, atualização de mais de 101 mil pontos no cadastro do parque de iluminação pública e realização de operações com apoio policial.

A Cosern vem atuando de forma a apresentar redução constante e consistente de seu patamar de perdas ao longo de 2019, encerrando o ano com índice de 10%, **abaixo do limite regulatório** de 10,72%.



#### 4.5. Arrecadação e Inadimplência

O índice de arrecadação é um indicador impactado diretamente pela capacidade de pagamento dos clientes e da eficácia das ações de cobrança da Companhia.



deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de dezembro de 2018 foram ajustados para a apuração definitiva.

## 5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

DRE COSERN (R\$ MM)	4T19	4T18	Variação		2018	2019	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	189,1	171,0	18,1	10,6%	712,2	643,0	69,2	10,8%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	17,4	3,0	14,4	480,0%	45,5	90,7	(45,2)	(49,8%)
<b>Margem Bruta</b>	<b>206,5</b>	<b>173,9</b>	<b>32,6</b>	<b>18,7%</b>	<b>757,7</b>	<b>733,7</b>	<b>24,0</b>	<b>3,3%</b>
Despesa Operacional (PMSO)	(66,2)	(97,3)	31,1	(32,0%)	(238,6)	(259,5)	20,9	(8,1%)
PECLD	1,9	(3,1)	5,0	(161,3%)	(5,2)	(12,4)	7,2	(58,1%)
<b>EBITDA</b>	<b>142,2</b>	<b>73,5</b>	<b>68,7</b>	<b>93,5%</b>	<b>513,9</b>	<b>461,8</b>	<b>52,1</b>	<b>11,3%</b>
Depreciação	(24,2)	(20,9)	(3,3)	15,8%	(92,9)	(81,9)	(11,0)	13,4%
Resultado Financeiro	(25,2)	(24,8)	(0,4)	1,6%	(96,2)	(89,2)	(7,0)	7,8%
IR CS	(12,8)	4,7	(17,5)	(372,3%)	(51,6)	(49,0)	(2,6)	5,3%
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>79,9</b>	<b>32,6</b>	<b>47,3</b>	<b>145,1%</b>	<b>273,1</b>	<b>241,7</b>	<b>31,4</b>	<b>13,0%</b>

Conforme expresso na Orientação Técnica OCPC 08, o reconhecimento e mensuração das variações entre os custos não gerenciáveis efetivamente ocorridos em relação às tarifas homologadas são classificados sempre na linha de Receita Operacional como Valores a Receber/Devolver de Parcela A e Outros Itens Financeiros. Considerando que grande parte da Parcela A é registrada como custo de energia, a análise isolada de variações de receita e custo pode levar a distorções na interpretação do resultado do período. Desta forma, a Companhia acredita ser mais adequado explicar as variações do resultado a partir da Margem Operacional.

A Cosern encerrou 4T19 com Margem Bruta de R\$ 206,5 milhões, aumento de 18,7% em relação ao 4T18 impulsionado pelas temperaturas mais altas e maior base de clientes, gerando maior volume de consumo - refletido na maior energia distribuída no período (+0,3% vs. 4T18) - e também pela atualização do Ativo Financeiro da Concessão (+R\$14,4 milhões), impactada pelo IPCA mais alto no 4T19 vs.4T18 (+1,38p.p.).

No ano, a Margem Bruta atingiu R\$ 757,7 milhões, acréscimo de 3,3% em relação a 2018. Além do aumento da base de clientes e maiores temperaturas, que geraram maior volume distribuído (+1,5% vs. 2018), em 2018 a Margem Bruta foi impactada pela revisão tarifária da Companhia somente a partir de abril de 2018. Em 2019, somado ao impacto da revisão tarifária do ano anterior, a Margem também foi impactada pelo reajuste anual.

Vale ainda citar que no ano de 2018 a Margem da Cosern sofreu o efeito positivo não recorrente da atualização do Ativo Financeiro da Concessão (VNR) em virtude do 4º ciclo de revisão da Cosern em R\$ 61,3 milhões, por menor glosa e maior BRR. Desconsiderando o mesmo efeito não recorrente da atualização do VNR de R\$ 61,3 milhões ocorrido em 2018, o crescimento de Margem Bruta seria de 12,7% em 2019 vs. 2018.

Em relação às Despesas Operacionais, a Cosern apresentou redução no 4T19 de R\$ 31,1 milhões vs. 4T18. No ano, as Despesas Operacionais totalizaram R\$ 238,6 milhões, 8,1% abaixo de 2018.

No 4T19, as Provisões para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) totalizaram +R\$ 1,9 milhões, em comparação aos -R\$ 3,1 milhões no 4T18. Vale destacar que no 4T19, houve a reversão de R\$ 7 milhões - após negociação e celebração de acordo para pagamento - de provisão referente a faturas em aberto de um grande cliente. Em 2019, a redução foi de 58,1% em relação a 2018 também impactada positivamente pela reversão de R\$ 7 milhões acima destacada.

O EBITDA da Cosern alcançou, no 4T19, R\$ 142,2 milhões, 93,5% acima do que o apurado no mesmo período de 2018. No ano, o aumento foi de 11,3% em relação a 2018. Desconsiderando o efeito não recorrente da atualização do VNR de R\$ 61,3 milhões ocorrido em 2018, o crescimento de EBITDA seria de 28,3% em 2019.

A Cosern registrou Lucro Líquido de R\$ 79,9 milhões no 4T19, 145,1% acima do mesmo período de 2018 (R\$ 32,6 milhões). No ano, totalizou R\$ 273,1 milhões, 13,0% acima do resultado de 2018 (R\$ 241,7 milhões).

### 5.1. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

EBITDA (R\$ MM)	4T19	4T18	Variação		2019	2018	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	79,9	32,6	47,3	145,1%	273,1	241,7	31,4	13,0%
Despesas financeiras (B)	(109,5)	(174,7)	65,2	(37,3%)	(430,2)	(570,8)	140,6	(24,6%)
Receitas financeiras (C)	84,4	149,9	(65,5)	(43,7%)	334,0	481,6	(147,6)	(30,6%)
Imposto de renda e contribuição social (D)	(12,8)	4,7	(17,5)	(372,3%)	(51,6)	(49,0)	(2,6)	5,3%
Depreciação e Amortização (E)	(24,2)	(20,9)	(3,3)	15,8%	(92,9)	(81,9)	(11,0)	13,4%
<b>EBITDA = (A)-(B)+(C)-(D)+(E)</b>	<b>142,2</b>	<b>73,5</b>	<b>68,7</b>	<b>93,5%</b>	<b>513,9</b>	<b>461,8</b>	<b>52,1</b>	<b>11,3%</b>

### 5.2. Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ milhões)	4T19	4T18	Variação		2019	2018	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	2,5	3,8	(1,3)	(34,2%)	9,8	15,1	(5,3)	(35,1%)
Juros, comissões e acréscimo moratório	6,5	10,3	(3,8)	(36,9%)	23,1	26,5	(3,4)	(12,8%)
Encargos de dívida	(19,6)	(18,8)	(0,8)	4,3%	(76,1)	(79,2)	3,1	(3,9%)
Variações monetárias e cambiais - dívida	0,4	3,3	(2,9)	(87,9%)	(67,6)	(115,5)	47,9	(41,5%)
Variações monetárias e cambiais - outros	(0,7)	0,7	(1,4)	(200,0%)	(2,1)	0,2	(2,3)	(1150,0%)
Instrumentos financeiros derivativos	(4,6)	(5,2)	0,6	(11,5%)	43,0	93,6	(50,6)	(54,1%)
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(5,0)	(18,3)	13,3	(72,7%)	(11,2)	(24,7)	13,5	(54,7%)
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	1,2	2,8	(1,6)	(57,1%)	5,8	7,5	(1,7)	(22,7%)
Obrigações pós emprego	-	(0,1)	0,1	(100,0%)	-	(0,1)	0,1	(100,0%)
Arrendamentos	(0,0)	-	-	-	(0,1)	-	(0,1)	-
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(5,7)	(3,3)	(2,4)	72,7%	(20,7)	(12,7)	(8,0)	63,0%
<b>Total</b>	<b>(25,2)</b>	<b>(24,8)</b>	<b>(0,4)</b>	<b>1,6%</b>	<b>(96,2)</b>	<b>(89,2)</b>	<b>(7,0)</b>	<b>7,8%</b>

No 4T19, o Resultado Financeiro Líquido da Companhia registrou uma despesa financeira de R\$ 25,2 milhões, montante R\$ 0,4 milhões pior que a despesa financeira líquida de R\$ 24,8 milhões do 4T18. Em 2019, o resultado financeiro registrou despesa financeira de R\$ 96,2 milhões, montante R\$ 7,0 milhões pior do que a despesa registrada em 2018.

Desse total, o resultado de dívida e de gestão de caixa representam R\$ 4,9 milhões, dos quais R\$ 0,4 advém de uma melhora de encargos de dívida, variações monetárias e cambiais e instrumentos financeiros derivativos, e R\$ 5,3 milhões de piora na das receitas de aplicações financeiras, conforme detalhamento a seguir:

(i) Em 2019 houve um aumento de 9,1% no volume médio de dívida da empresa em relação ao mesmo período do ano anterior devido às captações direcionadas para Capex e capital de giro da Companhia. Esse efeito representou uma variação desfavorável de R\$ 9,2 milhões, comparado a 2018.

(ii) Em contrapartida, o plano de gestão de passivos e a queda do CDI, o principal indexador da dívida da Cosern, em 0,46 pontos percentuais e a queda da TJLP em relação a 2018, resultaram em redução do custo médio da dívida, registrando uma variação favorável de R\$ 10,6 milhões nas despesas financeiras com dívida em 2019 vs. 2018.

(iii) Além disso, houve redução dos juros incorporados aos investimentos (Juros sobre Obras em Andamento - JOA) o que resultou em um impacto negativo de R\$ 1,0 milhão.

A linha de Receita de Aplicações Financeiras apresentou resultado negativo comparado a 2018, de R\$ 5,4 milhões devido à redução no volume das disponibilidades, ocasionada principalmente pela execução de Capex e distribuição de proventos e peça redução de 0,46 pontos percentuais no CDI acumulado do período.

Segue quadro demonstrativo dos índices de 2018 e 2019:

Índices	2019	2018	Δ	%
CDI	5,96%	6,42%	-0,46%	-7,17%
TJLP	6,20%	6,72%	-0,52%	-7,74%
USD	4,0307	3,8748	0,16	4,02%
IPCA	4,31%	3,75%	0,56%	14,93%

## 6. INVESTIMENTOS

No 4T19, a Cosern realizou CAPEX de R\$ 102,6 milhões. Em 2019, o CAPEX atingiu o montante de R\$ 325,6 milhões, principalmente alocados em projetos de expansão de rede e renovação de ativos.

INVESTIMENTOS REALIZADOS		COSERN	
Natureza Investimento (Preço corrente - valores em R\$ MM)	4º TRI	YTD	
<b>Expansão de Rede</b>	<b>(53,2)</b>	<b>(187,8)</b>	
Novas Ligações	(26,4)	(102,0)	
Novas SE's e RD's	(26,8)	(85,8)	
<b>Renovação de Ativos</b>	<b>(11,8)</b>	<b>(54,1)</b>	
<b>Melhoria da Rede</b>	<b>(8,2)</b>	<b>(39,1)</b>	
<b>Perdas e Inadimplência</b>	<b>(4,8)</b>	<b>(13,0)</b>	
<b>Outros</b>	<b>(25,0)</b>	<b>(35,0)</b>	
Movimentação Material (Estoque x Obra)	15,0	(11,5)	
<b>(=) Investimento Bruto</b>	<b>(88,1)</b>	<b>(340,5)</b>	
SUBVENÇÕES	0,5	3,4	
<b>(=) Investimento Líquido</b>	<b>(87,6)</b>	<b>(337,1)</b>	
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(15,0)	11,5	
<b>(=) CAPEX</b>	<b>(102,6)</b>	<b>(325,6)</b>	

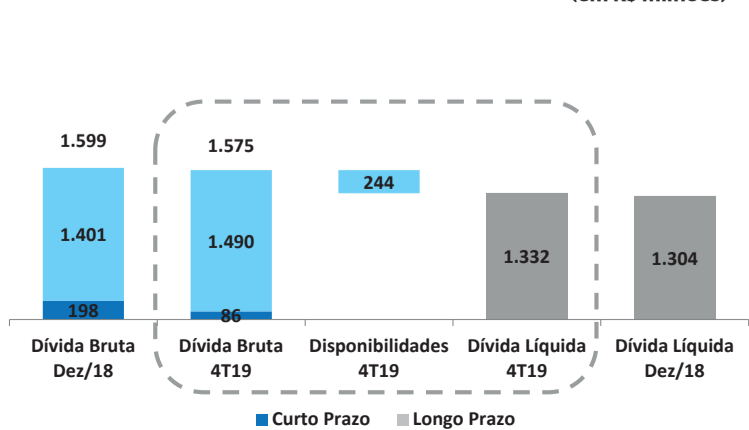
Os investimentos realizados 4T19 foram aderentes ao planejado pela Companhia para o período. O nível adequado de investimentos reflete a política da Cosern para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão

## 7. ESTRUTURA DE CAPITAL

### 7.1. Perfil da Dívida

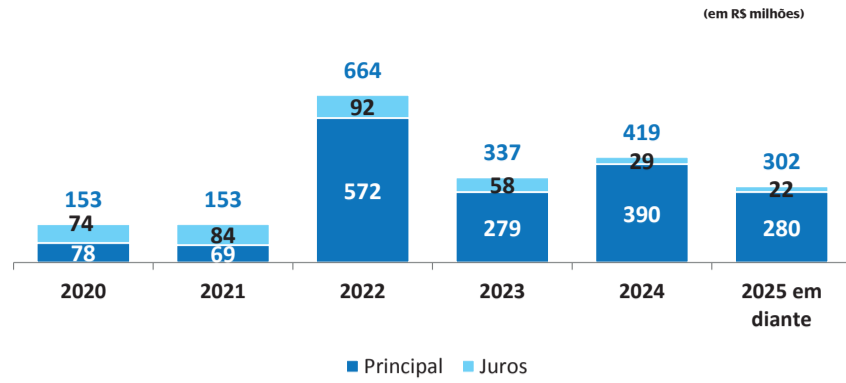
Em dezembro de 2019, a dívida bruta da COSERN, incluindo empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros, foi de R\$ 1.575 milhões (dívida líquida R\$ 1.332 milhões), apresentando uma redução de 1% (R\$ 23 milhões) em relação a dezembro de 2018. Em relação a segregação do saldo devedor, a COSERN possui 94,6% da dívida contabilizada no longo prazo e 5,4% no curto prazo.

(em R\$ milhões)



### 7.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento vigente da Companhia em 31 de dezembro de 2019. Sendo assim, as informações apresentadas abaixo diferem das do cronograma de vencimentos apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, que considera os índices e moedas realizados no encerramento do período e não as projeções de mercado.



## 8. RATING

Em 24 de janeiro de 2019, a Standard & Poor's - S&P reafirmou os ratings de crédito corporativo de Neoenergia e suas subsidiárias, Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes 'brAAA' na Escala Nacional Brasil, com perspectiva estável. Na mesma data, a S&P reafirmou os ratings de emissões 'brAAA' da Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes, e 'brAA+' da Neoenergia, Calango 6, NC Energia e Termopernambuco.

Em 10 de dezembro de 2019, a Standard & Poor's - S&P reafirmou os ratings de crédito corporativo da Neoenergia e suas subsidiárias, Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes em 'BB-' na Escala Global e 'brAAA' na Escala Nacional Brasil, alterando a perspectiva de estável para positiva, refletindo o rating soberano do Brasil, que limitam os da Neoenergia. Nesta mesma data, a S&P reafirmou os ratings de emissão 'brAAA' da Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes, e 'brAA+' da Neoenergia, Calango 6, NC Energia e Termopernambuco.

## 9. OUTROS TEMAS

### 9.1. Tarifas



Grupo de Consumo	ago/19
<b>AT - Alta Tensão (&gt;2,3kV)</b>	<b>2,81%</b>
<b>BT - Baixa Tensão (&lt;2,3kV)</b>	<b>5,48%</b>
<b>Efeito tarifário médio AT+BT</b>	<b>4,73%</b>
<b>Início da Vigência</b>	<b>22-abr-19</b>
<b>Processo Revisional</b>	<b>Reajuste Anual</b>
<b>Próxima Revisão Tarifária</b>	<b>abr/23</b>

### 9.2. Clientes Baixa Renda

A Resolução ANEEL nº 414/2010 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizados por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.212 e pelo Decreto nº 7.583.



Número de Consumidores Residenciais (Em milhares)	2019	2018	2019 / 2018	
			Dif.	%
Convencional	1.007	953	55	5,7%
Baixa Renda	290	310	(20)	-6,5%
<b>Total</b>	<b>1.297</b>	<b>1.263</b>	<b>34</b>	<b>2,7%</b>

### 9.3. Práticas de Gestão

#### 9.3.1. Remuneração de Acionistas

A Neoenergia possui definido em seu estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, conforme Política de Distribuição de Dividendos, disponível no website da Companhia (<http://ri.neoenergia.com/governanca/codigos-e-politicas/>).

No ano de 2019, a Cosern deliberou os seguintes proventos:

- (i) Dividendos Adicionais, no montante de R\$ 143.779 mil, pagos em 15 de maio, deliberados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 12 de abril;
- (ii) Juros sobre Capital Próprio nos montantes de:
  - R\$ 29.900 mil, pagos em 07 de agosto, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de junho;
  - R\$ 23.890 mil, com previsão de pagamento para até 30 de junho de 2020, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de dezembro.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2019 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2020.

#### 9.3.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram o Grupo.

O Sistema de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia, aplicável à Companhia, reúne as normas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do Estatuto Social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Companhia.

O Sistema de Governança Corporativa, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira na Missão, Visão e Valores e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referenda todos os elementos-chaves do Sistema de Governança Corporativa, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, abaixo pormenorizados.

**Conselho de Administração**

Integrado atualmente por sete representantes titulares (sendo um representante dos empregados) e dois suplentes dos acionistas, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia.

Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria de seus membros.

**Conselho Fiscal**

Com função independente, é composto por até cinco membros titulares e igual número de suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se bimensalmente ou em reuniões extraordinárias, sempre que convocado.

**Diretoria**

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por cinco membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

**9.3.3. Gestão de Pessoas**

A Neoenergia acredita e investe na melhoria contínua do ambiente de trabalho e, para isso, realiza anualmente a Pesquisa de Clima Organizacional. Em 2019, a Pesquisa foi aplicada para todos os colaboradores, atingindo 95% de adesão. Os resultados apontaram que 97% dos participantes sentem orgulho em fazer parte do Grupo Neoenergia, confirmando seu engajamento e confiança no futuro da organização.

Em 2019 foram investidos R\$10,7 milhões em atividades voltadas para a formação de pessoas, com mais de 739 mil horas de treinamento. Este foi um ano de consolidação dos programas de desenvolvimento dos nossos colaboradores, em todos os níveis, mas também de investimento em formação na comunidade.

O Grupo Neoenergia continuou investindo na Escola de Eletricistas da Neoenergia, com o objetivo de formar pessoas da comunidade, capacitando-as para atuar como eletricitistas. Em 2019 foi lançada a 1ª Escola de Eletricistas exclusiva para Mulheres, dando um passo a mais em nosso compromisso com a igualdade de gênero.

Também foi implementado o Programa Lídera, que fortaleceu em nossos líderes as competências de gestão e 300 líderes concluíram a trilha inicial do Programa, com treinamentos presenciais, realizados em parceria com escolas de liderança especializadas.

Para os nossos profissionais (analistas e especialistas) foi desenvolvido o Programa Inspiração, que proporcionou discussões importantes para suas carreiras, estimulando seu protagonismo e inovação.

A Neoenergia manteve seu foco em sucessão, com mais de 70% de suas vagas sendo preenchidas por promoções internas de seus colaboradores, demonstrando o compromisso com o desenvolvimento de seus talentos.

Ainda em 2019 ocorreu mais uma edição do nosso Programa de Voluntariado, que além de ser uma forma de atuar alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, aproxima também as empresas das comunidades.

Com ações como essas a Neoenergia estimula a responsabilidade, a colaboração, o protagonismo e o alinhamento entre seus colaboradores e times, preparando-os dia-a-dia para que evoluam em suas carreiras e assegurem os melhores resultados para o Grupo.

## 10. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

### 10.1. Sustentabilidade e Mudanças Climáticas

A Sustentabilidade é um dos

Práticas Educativas, que visa a redução das desigualdades educacionais de crianças da rede municipal de ensino, capacitando 1.111 professores em 2019. No âmbito da cultura, o Instituto passou a gerir os editais culturais da Neoenergia, com o lançamento do programa Transformando Energia em Cultura no Rio Grande do Norte. Foram 18 projetos socioculturais selecionados dentre 158 inscritos. O Instituto também se associou ao GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, que tem por objetivo a promoção do investimento social privado no país.

#### 10.5. Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) do Grupo Neoenergia abrange as distribuidoras do Grupo e tem como foco promover o uso eficiente da energia elétrica. Em 2019 contou com investimento total de R\$ 50,4 milhões nas quatro distribuidoras. Entre as ações que merecem destaque em 2019 estão:

- Projetos Educativos em escolas públicas sobre o tema de uso eficiente da energia elétrica, capacitando 5.991 professores e 111.728 alunos das áreas de concessão das distribuidoras;
- Projeto Vale Luz, que consiste na troca de resíduos sólidos por desconto na conta de energia, com reciclagem de 990 toneladas de resíduos neste ano;
- Troca de lâmpadas com ação em comunidades populares com substituição de mais de 420 mil lâmpadas por LED para consumidores residenciais das 4 distribuidoras do Grupo;
- Eficientização de 1.023 prédios públicos e assistenciais (escolas públicas, unidades de saúde, instituições filantrópicas, etc) na área de concessão das distribuidoras, beneficiando 341 unidades na Bahia, 213 unidades em Pernambuco, 110 unidades no Rio Grande do Norte e 359 unidades em São Paulo, com a substituição de quase 350 mil lâmpadas; e
- Projeto de Inovação em Eficiência Energética para Startups em parceria com o SENAI/CIMATEC. Foram contratadas duas startups para desenvolver soluções que ofereçam aos consumidores a possibilidade de monitorar o consumo energia em tempo real, identificar suas principais cargas, e reconhecer como, onde e quando a energia é consumida.

#### 10.6. Pesquisa e Desenvolvimento

O Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Neoenergia priorizar cinco temas estratégicos: (i) Tecnologias Inteligentes; (ii) Segurança de Instalações e de Pessoas; (iii) Recuperação de Energia; (iv) Qualidade e Confiabilidade; e (v) Sustentabilidade do Negócio.

Em 2019, as empresas do Grupo investiram R\$ 34 milhões em P&D, dos quais R\$ 27,2 milhões foram destinados para projetos das distribuidoras. Abaixo destacamos em nossas linhas estratégicas os os principais projetos do Grupo.

**Tecnologias Inteligentes, Recuperação de Energia e Qualidade e Confiabilidade:** Projeto "Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Inteligentes" que desenvolve produtos, serviços e metodologias aplicáveis à melhoria do sistema no que diz respeito à comunicação de equipamentos inteligentes, identificação do nível de qualidade de energia, combate a perdas, interoperabilidade de medidores inteligentes, entre outros. Este projeto teve contribuições relevantes para os processos internos das nossas distribuidoras.

**Sustentabilidade do Negócio:** (i) Projeto "Sistema Inteligente de Armazenamento Energia (SIAE)" que possibilita a otimização da operação das usinas solares Noronha 1 e Noronha 2 associando a um sistema de baterias de íon lítio o excedente de energia; (ii) Projeto "Microrredes" que viabiliza o desenvolvimento de redes autônomas de pequena escala como alternativa para universalização do atendimento na área de concessão da Coelba, de forma associada ao Programa Luz para Todos; (iii) Projeto "Conexão Digital" cujo objetivo é transformar a experiência do cliente da empresa por meio de canais digitais inteligentes; (iv) três projetos associados a Chamada Estratégia de Mobilidade Elétrica da ANEEL que visam desenvolver: a - caminho elétrico para frota de manutenção de redes das distribuidoras com tecnologia de injeção de energia na rede; b - criação de corredor verde no Nordeste (Salvador/BA a Natal/RN) e postos de carregamento urbano para avaliação do desempenho de veículos híbridos e elétricos; e c - desenvolver a Mobilidade Elétrica de forma sustentável em Fernando de Noronha via soluções e modelos de negócio em atividades de turismo, serviços públicos e operações da administração da Celpe, com soluções tecnológicas para suporte aos veículos elétricos e otimização dos recursos renováveis.

**Segurança de Instalações e Pessoas:** Projeto "Poda com Braço Robótico" que possibilita a execução robotizada e remota da poda de árvores próximas às redes energizadas.

### 11. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DO GRUPO NEOENERGIA

As ações do Grupo Neoenergia são pautadas na busca constante por qualidade e eficiência, cujos resultados são evidenciados a partir das premiações e reconhecimentos conquistados ao longo dos anos. A seguir, os principais destaques de 2019.

- (i) **Selo Pró-Ética:** A Neoenergia recebeu o selo de Empresa Pró-Ética 2019, pela 3ª vez consecutiva, promovido pela Controladoria-Geral da União (CGU) e Apex-Brasil. A edição 2019 contou com a participação de 373 empresas de todos os portes e de diversos ramos de atuação e 26 delas foram premiadas. | (ii) **Valor 1000:** Anuário elaborado pelo jornal Valor Econômico em parceria com a Serasa Experian e a Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Na sua 19ª edição a Neoenergia está novamente entre as 30 maiores empresas do Brasil. A empresa ocupa a 26ª colocação na esfera nacional, sendo a 18ª em lucro, 20ª em EBITDA e 13ª em patrimônio líquido. No setor elétrico a Neoenergia atingiu a 3ª posição em receita líquida e a 9ª posição no desempenho financeiro geral. | (iii) **500 Melhores e Maiores:** A Neoenergia e suas distribuidoras estão posicionadas com destaque no ranking das "500 Melhores e Maiores" empresas do Brasil, publicado pela Revista Exame. A "holding" figura na 24ª posição entre os 200 maiores grupos do país. Na lista das 500 maiores companhias, a Elektro figura na 105ª posição. A Elektro também está entre as 50 maiores empresas de serviços, subindo duas posições - da 27ª para 25ª - entre 2017 e 2018. Já a Coelba (BA) subiu 12 posições entre as 100 maiores empresas de capital aberto, ficando em 78ª lugar. Duas distribuidoras da Neoenergia estão entre as 50 maiores pagadoras de dividendos: Coelba (42ª lugar) e Cosern (44ª). Na lista das 20 companhias que mais pagaram tributos, a Coelba (BA) é a 13ª e Elektro, 16ª. A Coelba está em 8º no ranking de liderança no mercado no qual atua. | (iv) **Prêmio Abradee:** Pela 10ª vez, a Elektro conquistou a primeira colocação na categoria Melhor Distribuidora Nacional, e o 1º lugar na categoria Qualidade da Gestão. Foi a 2ª melhor na categoria Gestão Econômico-Financeira, e ficou com a 3ª posição em Responsabilidade Social. A Cosern conquistou 2ª colocação nacional ao ser reconhecida como a Melhor Distribuidora do Nordeste e ainda figurou como a 2ª melhor em Responsabilidade Social, e 3ª na categoria Qualidade da Gestão. A Coelba conquistou 3ª colocação na categoria Evolução do Desempenho seguida pela Celpe que recebeu o 4º lugar. | (v) **Guia Exame de Sustentabilidade 2019:** A revista Exame posicionou a Neoenergia entre as companhias do setor elétrico acima da média em dois indicadores: Ética e Transparência e Direitos Humanos. | (vi) **Prêmio ODS 2019:** A Neoenergia conquistou o prêmio na categoria Grandes Empresas Parceiras com o estudo de caso "Ações Educativas de Eficiência Energética", baseado no projeto Festival Tô Ligado na Energia, uma parceria da empresa com o artista Carlinhos Brown para levar orientações sobre o uso seguro e eficiente da energia elétrica. | (vii) **Prêmio Câmara Espanhola de Sustentabilidade:** O projeto Energia do Futuro foi o vencedor na categoria Inovação no 7º Prêmio Câmara Espanhola de Sustentabilidade, iniciativa que reconhece empresas com as melhores práticas para o negócio. O projeto Energia do Futuro é desenvolvido nas cidades de Atibaia, Bom Jesus dos Perdões e Nazaré Paulista, no interior de São Paulo. Nestes locais, está sendo implantado um novo modelo de operação fortemente baseado em tecnologias de redes inteligente. | (viii) **Índice de Satisfação da Qualidade** Percebida do Grupo de Grandes Clientes: O Índice Anel de Satisfação com Consumidor (IASC) é um indicador que permite avaliar a satisfação do cliente residencial com os serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica, obtido anualmente a partir de estudo realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) com consumidores de todas as distribuidoras, concessionárias e permissionárias, que atuam no território nacional. São realizadas cerca de 25 mil entrevistas. As variáveis avaliadas são: qualidade percebida; valor percebido (relação custo-benefício); satisfação global; confiança no fornecedor; e fidelidade. Em 2019, considerando o IASC do Grupo de Grandes Clientes, nossas distribuidoras foram classificadas da seguinte forma: Elektro: IASC de 82,8 (2º lugar) / Cosern: IASC de 82,4 (3º posição) / Coelba: IASC de 77,2 (10ª colocação) / Celpe: IASC de 72,8 (13ª no ranking). A performance posiciona a Cosern como a melhor distribuidora em satisfação dos

Grandes Clientes do Nordeste e a Elektro como a melhor distribuidora do Sudeste. | (ix) **Smart Customer: Reconhecimento Na Categoria Respeito Ao Cliente:** As distribuidoras da Neoenergia (Coelba (BA), Celpe (PE), Cosern (RN) e Elektro (SP/MS) foram reconhecidas pelo Prêmio Smart,Customer 2019 voltado às melhores práticas em relacionamento e atendimento aos consumidores, na categoria Respeito ao Cliente.

A premiação integra o tradicional congresso que leva o nome do prêmio, promovido pela Inova Focus. Com o case "O cliente é tudo pra gente", as empresas do grupo foram agradecidas por implementarem campanha marcada por novas práticas de atendimento e satisfação dos usuários. | (x) **Prêmio Whow:** A Neoenergia foi eleita, pela primeira vez, a empresa mais inovadora do setor de elétrico nacional em 2019. A companhia foi destaque do Prêmio Whow! de Inovação 2019, organizado pelo Grupo Padrão, na categoria Energia e Utilities, com seu projeto de Redes Inteligentes. A partir de avaliação de projetos focados em geração de produtos e serviços inovadores, a iniciativa foi reconhecida como exemplo do pioneirismo em tecnologia e inovação no setor elétrico.

### 12. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/05/1999, desde 2017 mantém o contrato de prestação de serviços de auditoria contábil com a KPMG Auditores Independentes. Assim, a Demonstração Financeira - DF da Companhia, relativa ao exercício de 2019, foram revisadas pela KPMG.

A empresa de auditoria prestou os seguintes serviços em 2019, no montante de R\$ 525 mil: auditoria das revisões das informações financeiras trimestrais; das Demonstrações Financeiras anuais, das Demonstrações Regulatórias anuais e alguns serviços relativos a Procedimentos Previamente Acordados de uso específico da empresa, sendo todos esses serviços avaliados em relação à natureza e riscos de conflitos de interesse, e que em nossa avaliação esses serviços não trouxeram nenhum risco a independência. A COSERN ressalta que a KPMG, não prestou serviços não relacionados à auditoria no exercício de 2019.

### 13. NOTA DE CONCILIAÇÃO

A Cosern apresenta os resultados do quarto trimestre (4T19) a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da melhor forma o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (*International Financial Reporting Standards* - IFRS). Para referência, segue abaixo quadro de conciliação:

Memória de Cálculo	Ano atual		Ano anterior		Correspondência nas Notas Explicativas
	Trimestre	Acumulado	Trimestre	Acumulado	
(+) Receita líquida	669,60	2.623,30	604,55	2.396,88	Demonstrações de resultado
(-) Outras receitas	(26,57)	(80,76)	(10,87)	(120,74)	Nota 21
(-) Outras receitas - Outras	-	-	(5,26)	-	Nota 21f
<b>= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>643,04</b>	<b>2.542,54</b>	<b>588,42</b>	<b>2.276,14</b>	
(+) Custos com energia elétrica	(363,24)	(1.501,54)	(290,01)	(1.291,39)	Demonstrações de resultado
(+) Combustível para produção de energia	-	-	-	-	Nota 23
(+) Custos de construção	(90,75)	(328,78)	(127,45)	(341,78)	Demonstrações de resultado
<b>= Custo com Energia</b>	<b>(453,99)</b>	<b>(1.830,32)</b>	<b>(417,46)</b>	<b>(1.633,17)</b>	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	17,43	45,48	2,98	90,69	Nota 21f
<b>= MARGEM BRUTA</b>	<b>206,48</b>	<b>757,70</b>	<b>173,94</b>	<b>733,66</b>	
(+) Custos de operação	(60,46)	(220,45)	(47,04)	(196,10)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(10,23)	(41,31)	(10,31)	(42,01)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(28,90)	(105,04)	(73,99)	(133,36)	Demonstrações de resultado
(-) Combustível para produção de energia	-	-	-	-	Nota 23
(-) Depreciação	24,25	92,88	20,86	81,94	Nota 23
(-) Outras receitas	26,57	80,76	10,87	120,74	Nota 21
(-) Outras receitas - Outras receitas	-	-	5,26	-	Nota 21f
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(17,43)	(45,48)	(2,98)	(90,69)	Nota 21f
<b>= Despesa Operacional (PMO)</b>	<b>(66,21)</b>	<b>(238,64)</b>	<b>(97,33)</b>	<b>(259,48)</b>	
(+) PECLD	1,93	(5,20)	(3,09)	(12,37)	Demonstrações de resultado
<b>EBITDA</b>	<b>142,20</b>	<b>513,87</b>	<b>73,52</b>	<b>461,81</b>	
(+) Depreciação	(24,25)	(92,88)	(20,86)	(81,94)	Nota 23
(+) Resultado Financeiro	(25,17)	(96,24)	(24,81)	(89,20)	Demonstrações de resultado
(+) IJR/CS	(12,85)	(51,62)	4,73	(48,99)	Demonstrações de resultado
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>79,93</b>	<b>273,12</b>	<b>32,57</b>	<b>241,68</b>	Demonstrações de resultado

### DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Companhia Energética do Rio Grande do Norte S.A. ("Cosern") visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Cosern e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Cosern.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Cosern sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com).

## BALANÇOS SOCIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (INFORMAÇÃO ADICIONAL)

1 - BASE DE CÁLCULO	2019				2018			
	R\$ mil				R\$ mil			
Receita Líquida (RL)	2.623.302				2.396.875			
Resultado Operacional (RO)	420.986				379.873			
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	119.872				108.907			
Valor Adicionado Total (VAT)	1.857.548				1.919.517			

2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Alimentação	11.586	9,67%	0,44%	0,62%	9.402	8,63%	0,39%	0,49%
Encargos sociais compulsórios	24.097	20,10%	0,92%	1,30%	25.045	23,00%	1,04%	1,30%
Previdência privada *	4.358	3,64%	0,17%	0,23%	2.042	1,87%	0,09%	0,11%
Saúde	6.878	5,74%	0,26%	0,37%	6.389	5,87%	0,27%	0,33%
Segurança e saúde no trabalho	553	0,46%	0,02%	0,03%	514	0,47%	0,02%	0,03%
Educação	502	0,42%	0,02%	0,03%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Cultura	543	0,45%	0,02%	0,03%	439	0,40%	0,02%	0,02%
Capacitação e desenvolvimento profissional	401	0,33%	0,02%	0,02%	706	0,65%	0,03%	0,04%
Creches ou auxílio-creche	1.625	1,36%	0,06%	0,09%	1.521	1,40%	0,06%	0,08%
Esporte	103	0,09%	0,00%	0,01%	62	0,06%	0,00%	0,00%
Transporte	147	0,12%	0,01%	0,01%	147	0,13%	0,01%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	15.566	12,99%	0,59%	0,84%	14.345	13,17%	0,60%	0,75%
Outros	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>66.359</b>	<b>55,36%</b>	<b>2,53%</b>	<b>3,57%</b>	<b>60.612</b>	<b>55,65%</b>	<b>2,53%</b>	<b>3,16%</b>

3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Educação	-	0,00%	0,00%	0,00%	116	0,03%	0,00%	0,01%
Cultura	2.649	0,63%	0,10%	0,14%	2.000	0,53%	0,08%	0,10%
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	12.466	2,96%	0,48%	0,67%	10.699	2,82%	0,45%	0,56%
Outros	130	0,03%	0,00%	0,01%	-	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Total das Contribuições para a Sociedade</b>	<b>15.245</b>	<b>12,72%</b>	<b>0,58%</b>	<b>0,82%</b>	<b>12.815</b>	<b>3,37%</b>	<b>0,53%</b>	<b>0,67%</b>
Tributos (Exceto Encargos Sociais)	869.609	206,56%	33,15%	46,81%	795.359	209,37%	33,18%	41,44%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>884.854</b>	<b>219,28%</b>	<b>33,73%</b>	<b>47,64%</b>	<b>808.174</b>	<b>212,75%</b>	<b>33,72%</b>	<b>42,10%</b>

4 - INDICADORES AMBIENTAIS	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Investimentos relacionados com a operação da empresa	80.559	19,14%	3,07%	4,34%	41.212	10,85%	1,72%	2,15%
Investimento em programas e/ou projetos externos	3.627	0,86%	0,14%	0,20%	7.876	2,07%	0,33%	0,41%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>84.186</b>	<b>20,00%</b>	<b>3,21%</b>	<b>4,53%</b>	<b>49.088</b>	<b>12,92%</b>	<b>2,05%</b>	<b>2,56%</b>

Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade.	5	7
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente.	22	62
Passivos e contingências ambientais.	-	-

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	( ) Não possui Metas	( ) Cumpre de 0 a 50%	( ) Cumpre de 51 a 75%	( x ) Cumpre de 76 a 100%	( ) Não possui Metas	( ) Cumpre de 0 a 50%	( ) Cumpre de 51 a 75%	( x ) Cumpre de 76 a 100%
---	----------------------	-----------------------	------------------------	---------------------------	----------------------	-----------------------	------------------------	---------------------------

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2019	2018
Nº de empregados(as) ao final do período	781	749
Nº de admissões durante o período	75	28
Nº de desligamentos durante o período	43	68
Nº de empregados(as) terceirizados	3.490	2.003
Nº de estagiários(as)	72	72
Nº de empregados acima de 45 anos	182	158
<b>Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:</b>		
menores de 18 anos	-	-
de 18 a 35 anos	297	352
de 36 a 60 anos	411	383
acima de 60 anos	73	14
<b>Nº de empregados por nível de escolaridade, segregado por:</b>		
analfabetos	-	-
com ensino fundamental	73	278
com ensino médio	304	103
com ensino técnico	94	53
com ensino superior	247	253
pós-graduados	63	62
<b>Nº de empregados por sexo:</b>		
homens	596	566
mulheres	185	183
<b>% de cargos de chefia por sexo:</b>		
homens	77%	77%
mulheres	23%	23%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	39	303
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	2%	43%
Nº de empregados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	21	22
<b>Remuneração bruta segregada por:</b>		
Empregados	54.138	33.724
Administradores	944	3.492
Terceirizados	-	-
Autônomos	-	-

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2019	2018
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	43,21	44,55
Nº total de acidentes de trabalho	5	6

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerência	( ) todos (as) os empregados (as)	( ) direção	(x) direção e gerência	( ) todos (as) os empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerência	(x) todos(as) + CIPA	( ) todos (as) os empregados (as)	(x) direção e gerência	( ) todos(as) + CIPA	( ) todos (as) os empregados (as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerência	(x) todos (as) os empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerência	(x) todos (as) os empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerência	(x) todos (as) os empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerência	(x) todos (as) os empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva

<b>Contencioso Cível:</b>		
<b>Nº total de reclamações e críticas de consumidores(as):</b>		
Na Empresa	8.977	13.63

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2019		2018		Notas	2019		2018	
<b>Circulante</b>										
Caixa e equivalentes de caixa	5	242.025	293.696			13	238.635	221.917		
Contas a receber de clientes e outros	6	419.121	382.974			14	74.478	180.981		
Títulos e valores mobiliários	7	1.678	1.715			14	11.709	12.878		
Instrumentos financeiros derivativos	14	502	162				348	-		
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.1	21.458	46.460			14	50	4.650		
Outros tributos a recuperar	8.2	192.891	25.495			15	29.161	26.907		
Serviços em curso		3.120	1.312			16	19.186	17.585		
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	10	35.319	66.986			17.1	546	-		
Outros ativos circulantes		26.563	34.527			17.2	78.884	68.689		
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>942.677</b>	<b>853.327</b>			20	26.386	24.304		
<b>Não circulante</b>						18	5.703	4.387		
Contas a receber de clientes e outros	6	122.961	149.851			19	51.583	50.598		
Instrumentos financeiros derivativos	14	106.723	60.811				536.669	612.896		
Outros tributos a recuperar	8.2	527.064	31.303							
Impostos e contribuições diferidos	9	1.207	32.271							
Depósitos judiciais	18	21.423	19.797							
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	29	10.911	7.290							
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	11.1	1.275.794	1.072.340							
Concessão do serviço público (ativo contratual)	11.2	384.178	296.122							
Outros ativos não circulantes		180	5.553							
Direito de uso de ativos		861	-							
Intangível	12	668.442	668.497							
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>3.119.744</b>	<b>2.343.835</b>							
<b>Ativo total</b>		<b>4.062.421</b>	<b>3.197.162</b>							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	Reserva de capital			Reserva de lucros					Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Remuneração de bens e direitos cons-tituídos com capital próprio	Reserva especial de ágio	Outras reser-vas de capital	Reserva de In-centivo fiscal	Re-serva legal	Reserva de reten-ção de lucros	Outras reser-vas de lucros			
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2018</b>	542.339	4.648	179.315	375	40.664	27.833	-	238	(3.505)	60.531	852.438
Adoção inicial IFRS 9 / CPC 48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.016)	(13.016)
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(60.531)	(60.531)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	241.682	241.682
<b>Outros resultados abrangentes</b>											
Ganhos e perdas atuariais líquidos	-	-	-	-	-	-	-	2.698	-	-	2.698
Efeito hedge de fluxo de caixa, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	(2.776)	-	-	(2.776)
<b>Destinações:</b>											
Reserva de incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	-	31.161	-	-	-	-	(31.161)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(53.727)	(53.727)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	143.778	(143.778)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	542.339	4.648	179.315	375	71.825	27.833	-	238	(3.583)	143.778	966.768
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(143.778)	(143.778)
Dividendos/JSCP prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	165	165
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	273.119	273.119
<b>Outros resultados abrangentes</b>											
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	1.947	-	-	1.947
Efeito hedge de fluxo de caixa, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	12.228	-	-	12.228
<b>Destinações:</b>											
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	174.674	-	-	(174.674)	-
Reserva de incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	-	40.220	-	-	-	-	(40.220)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(53.790)	(53.790)
Complemento dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.435)	(4.435)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	542.339	4.648	179.315	375	112.045	27.833	174.674	403	10.592	-	1.052.224

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa operacional	2019		2018		Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	2019		2018	
<b>Lucro líquido do exercício</b>		273.119		241.682		(25.603)		33.762	
<b>Ajustes para:</b>						-		(1.221)	
Amortização	(*)	94.188		82.976		(7.223)		(7.050)	
Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros		(17.504)		(92.931)		27.775		4.952	
Imposto de renda e contribuição social		51.624		11.486		18.847		2.057	
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais		95.835		95.299		(105.119)		(78.051)	
Valor de reposição estimado da concessão		(45.480)		(90.690)		(125)		-	
Perda na baixa de ativos, imobilizado, intangíveis, financeiros indenizáveis e contratuais		16.528		15.466		(28.282)		(34.813)	
Provisão para contingências civis, fiscais e trabalhistas		9.262		46.001		477.659		222.422	
Perdas por redução esperada de créditos de liquidação duvidosa		5.221		12.371		(330.798)		(340.251)	
Atualização monetária dos planos de benefício pós-emprego		(675)		(296)		(1.003)		(3.341)	
Atualização das provisões para contingências		12.486		25.609		1.359		4.400	
Atualização de títulos e valores mobiliários		(319)		(308)		(330.442)		(339.192)	
Outras atualizações de receitas e despesas, líquidas		515		589					
Juros incorridos passivo de arrendamento		125		-					
<b>Variações em:</b>		494.925		347.254		205		398.805	
Contas a receber de clientes e outros		(14.478)		(23.287)		500.000		130.000	
IR e CSLL a recuperar		55.096		(25.011)		(281.926)		(289.171)	
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL		(20.662)		(8.146)		(220.000)		(100.000)	
Depósitos judiciais		(389)		(865)		(5.832)		(980)	
Despesas pagas antecipadamente		6.293		(7.299)		185		(3.594)	
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros		82.481		69.885		1.209		10.877	
Benefício pós-emprego e outros benefícios		-		102		(191.819)		(83.518)	
Outros ativos		(10.928)		(19.404)		(910)		-	
Fornecedores		97.413		(14.025)		(198.888)		62.419	
Salários e encargos a pagar		17.926		(19.518)		(51.671)		(54.351)	
Encargos setoriais		2.254		(2.622)		293.696		348.047	
IR e CSLL a recolher		3.172		(6.246)		242.025		293.696	
		546		-		(51.671)		(54.351)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Natal - Rio Grande do Norte - Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e controlada pela Neoenergia S.A. ("NEOENERGIA"). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação. A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 167 municípios do estado do Rio Grande do Norte abrangendo uma área de concessão de 53 mil km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 08 com vencimento em 2027. Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no estado do Rio Grande do Norte, desde 2003.

### 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS" - *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - ("CVM"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 12 de fevereiro de 2020. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

**2.2. Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio em vigor na data da transação. Subsequentemente, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras na demonstração do resultado.

**2.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 27 de estimativa de valor justo. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas para a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas detalhadas na nota explicativa 2.5. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente e reconhecidas prospectivamente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (i) o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados (Nota 21a e 21d, respectivamente); (ii) o registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 21b); (iii) reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados (Nota 9); (iv) critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão; e cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor (Notas 11 e 12); (v) a análise do risco de crédito para determinação das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6); (vi) a definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos (Nota 27); (vii) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos (Nota 18); (viii) reconhecimento dos valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros (Nota 10); e (ix) reconhecimento dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios e o valor presente da obrigação de aposentadoria, através da avaliação atuarial que envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos

salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões (Nota 29). **2.5. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir: **a) Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimonial não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e • Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. (ii) Provisão para perdas esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa ("PPECLD"): As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda). (iii) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. (iv) Instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge: Transações de derivativos que não são qualificadas como *hedge accounting* são classificadas e apresentadas como *hedge econômico*, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado ou no patrimônio líquido, quando a transação for elegível e caracterizada como *hedge accounting*. A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa tem seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira), quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido. **b) Contrato de concessão de serviços públicos:** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Cosern regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição e estabelecem que: • Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	2019		2018	
<b>Receita líquida</b>		21	2.623.302		2.396.875
<b>Custos dos serviços</b>			(2.050.764)		(1.829.271)
Custos com energia elétrica	22		(1.501.538)		(1.291.389)
Custos de operação	23		(220.445)		(196.103)
Custos de construção			(328.781)		(341.779)
<b>Lucro bruto</b>			572.538		567.604
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	6		(5.199)		(12.371)
Despesas com vendas	23		(41.309)		(42.005)
Outras receitas/(despesas) gerais e administrativas	23		(105.044)		(133.355)
<b>Lucro operacional</b>			420.986		379.873
<b>Resultado financeiro</b>		24	(9		

sido identificados indícios de deterioração dos seus ativos. **f) Benefícios a empregados:** Planos de contribuição definida: As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. Planos de benefício definido: A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano. A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado). As premissas econômicas e financeiras para efeitos dessa avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da Companhia. **g) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido ("Tributos sobre o lucro"):** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 34% (25% - imposto de renda e 9% - contribuição social) sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras, em regime de competência. O reconhecimento do tributo diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente, levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2027, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRLP, calculado com base no lucro da exploração. **h) Provisões, ativos e passivos contingentes:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. **i) Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Companhia. O faturamento, e respectivo reconhecimento da receita, dos serviços de distribuição de energia elétrica são efetuados de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o último faturamento anterior à data do balanço. A receita de construção é integralmente compensada pelos custos de construção e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos de contrato. Essas receitas são reconhecidas ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho; (ii) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; e (iii) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A Companhia utiliza-se das seguintes premissas para venda de energia na CCEE, a prévia da medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica conservadora em 3%, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pela ONS (Operador Nacional do Sistema). **j) Demonstrações do Valor Adicionado:** A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar. **2.6. Principais mudanças nas políticas contábeis:** (i) **IFRS 16 Leases / CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil:** O CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil passou pela segunda revisão, na qual foram introduzidas as alterações trazidas pela IFRS 16 - Leases, que substituiu o IAS 17 - Leases. Arrendamento é um contrato, ou parte de um contrato, no qual o arrendador transfere ao arrendatário, em troca de contraprestação, o direito de usar um ativo por determinado período de tempo. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, no qual o arrendatário deve reconhecer um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado em contrapartida de um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos ao arrendador. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e o passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento a vencer, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa incremental de empréstimos e financiamentos da Companhia. A Companhia utilizou os seguintes expedientes e isenções: • Taxa incremental de captação de empréstimos e financiamentos; • Não mensuração de arrendamentos de curto prazo; • Não mensuração para itens de baixo custo, cujo o valor do ativo identificado é inferior a US\$ 5 mil; • Método de abordagem de efeito cumulativo, não representando suas demonstrações financeiras de períodos anteriores. A adoção da IFRS 16 não gerou impactos relevantes nas operações da Companhia, bem como sua capacidade de cumprir com os indicadores estabelecidos nos acordos contratuais (*covenants*). Em 1º de janeiro de 2019, pela adoção da IFRS 16, a Companhia reconheceu os itens demonstrados a seguir:

Saldos em 1º de janeiro de 2019		
	Ativo	Passivo
Ativos de direito de uso	988	-
Obrigações por arrendamentos mercantis operacionais	-	988

(ii) **ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments):** Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32/IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32/IAS 12 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta interpretação. A Administração da Companhia conduziu análises dos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais internos e externos a fim de identificar esses tratamentos, assim como mensurá-los e reavaliar aqueles que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. Ao concluir esses estudos, a Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia sofreu alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

### 3. REAPRESENTAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu à reapresentação espontânea de forma retrospectiva, em seu balanço patrimonial e demonstração do resultado, divulgados em 14 de fevereiro de 2019. As mudanças efetuadas não impactam o patrimônio líquido, o lucro líquido do exercício, a demonstração do resultado abrangente, a demonstração do fluxo de caixa e a demonstração do valor adicionado. **3.1. Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018.**

Ativo	Ref.	Apresen- tado	Reapre- sentações	Reapre- sentado
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>853.327</b>	-	<b>853.327</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
Concessão do serviço público (ativo contratual) (a)		-	296.122	296.122
Intangível (a)		964.619	(296.122)	668.497
Demais ativos não circulantes não afetados		1.379.216	-	1.379.216
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>2.343.835</b>	-	<b>2.343.835</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>3.197.162</b>	-	<b>3.197.162</b>

(a) Os ativos da infraestrutura da concessão durante o período de construção, anteriormente classificado como intangível em curso, passam a ser classificados como ativos de contrato, conforme IFRS 15/ CPC 47. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

### 3.2. Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2018.

	Ref.	Apresen- tado	Reapre- sentações	Reapre- sentado
Receita líquida		2.396.875	-	2.396.875
Custos dos serviços		(1.829.271)	-	(1.829.271)
Provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa (a)		-	(12.371)	(12.371)
Despesas com vendas (a)		(54.376)	-	(54.376)
Outras receitas / (despesas) gerais e administrativas (133.355)		-	-	(133.355)
Resultado financeiro (89.198)		-	-	(89.198)
Imposto de renda e contribuição social (48.993)		-	-	(48.993)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>241.682</b>	-	<b>241.682</b>

(a) Reapresentação da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa, anteriormente classificado nas rubricas de despesas com vendas R\$ 12.371, em 2018 para uma nova abertura na demonstração dos resultados. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

### 4. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

(i) **Bandeiras tarifárias:** A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, criou o sistema de aplicação de bandeiras tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico. Em 13 de agosto de 2018, a Resolução Normativa ANEEL nº 826, alterou as regras de repasse, conforme proposta de abertura da 2ª fase da Audiência Pública nº 61/2017, onde foi sugerido que os valores mensais dos repasses financeiros da Conta Bandeiras fossem apurados após a alocação prioritária das receitas na área de concessão que as gerou. Deste modo, as empresas devedoras passaram a aportar na CCRBT apenas as receitas excedentes. Já as empresas credoras da CCRBT passaram a receber, a título de repasse, uma parcela desse excedente, proporcional ao seu custo não coberto por seus próprios recursos. Esta alteração aloca, de forma mais eficiente, os recursos provenientes das Bandeiras Tarifárias, mitigando o subsídio cruzado entre as distribuidoras e priorizando a alocação dos recursos nas áreas de concessão de origem. No ano de 2019, os valores dos adicionais das bandeiras tarifárias foram definidos conforme detalhamento da tabela a seguir. Assim temos: (i) de janeiro a maio, valores conforme a REH nº 2.392/2018; (ii) de junho a outubro, adicionais sob a égide da REH nº 2.551/2019; e (iii) a partir de novembro novos valores conforme REH nº 2.628/2019.

	Até maio/2019	A partir de junho/2019	A partir de novembro/2019
	REH nº 2.392/2018	REH nº 2.551/2019	REH nº 2.628/2019
Patamar	RS/MWh	RS/MWh	RS/MWh
Verde	0,00	0,00	0,00
Amarela	10,00	15,00	13,43
Vermelho 1	30,00	40,00	41,69
Vermelho 2	50,00	60,00	62,43

Nos exercícios de 2019 e 2018, vigoraram as bandeiras tarifárias seguintes:

	Cor da Bandeira	
	2019	2018
Jan	Verde	Verde
Fev	Verde	Verde
Mar	Verde	Verde
Abr	Verde	Verde
Mai	Amarela	Amarela
Jun	Verde	Vermelha Patamar 2
Jul	Amarela	Vermelha Patamar 2
Ago	Vermelha Patamar 1	Vermelha Patamar 2
Set	Vermelha Patamar 1	Vermelha Patamar 2
Out	Amarela	Vermelha Patamar 2
Nov	Vermelha Patamar 1	Amarela
Dez	Amarela	Verde

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 62.504 (R\$ 102.665 em 31 de dezembro de 2018) de bandeira tarifária, e recebeu o montante de R\$ 14.214 (R\$ 3.314 recebidos em 31 de dezembro de 2018) através da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, decorrente da apuração do *superdít* da Conta Bandeiras, criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme procedimentos definidos pela ANEEL através do PRORET, regulamentada pela REN nº 826/2018. (ii) **Decreto nº 9.642/2018 - Eliminação gradual de subsídios:** O Decreto nº 9.642, de 27 de dezembro de 2018, alterou o artigo 1º do Decreto nº 7.891/2013, que trata da aplicação de descontos tarifários, de modo a vedar a cumulatividade de descontos sobre as tarifas de distribuição de energia elétrica, de maneira a prevalecer o que confira maior benefício ao consumidor (essa situação apenas se aplicava aos consumidores atendidos em baixa tensão como rural, com atividade de irrigação ou aquicultura realizada em horário especial da madrugada). O decreto também determina que, a partir de 2019, nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, os descontos de que trata o § 2º do referido artigo, que são aqueles aplicados aos consumidores classificados como Rural; Cooperativa de Eletrificação Rural; Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento; e Serviço Público de Irrigação; sejam reduzidos à razão de 20% ao ano, até que a alíquota seja zero. Os descontos atualmente conferidos aos consumidores são custeados pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, que repassa as distribuidoras o montante de subsídios concedidos. Com a redução desses descontos, as distribuidoras deixam gradualmente de receber recursos da CDE e passam a receber diretamente desses consumidores. Em 4 de abril de 2019 foi publicado o Decreto nº 9.744/2019 que alterou novamente o Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, de modo retornar à situação anterior, assim os consumidores atendidos em baixa tensão, como rural, com atividade de irrigação ou aquicultura realizada em horário especial da madrugada, volta a ter o desconto sobre a tarifa da classe rural na baixa tensão. (iii) **Nível contratual:** De acordo com o modelo regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento da energia contratada. A possibilidade de contratação com antecedência de até sete anos passou a existir após a publicação do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017. Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total de energia da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo. Alguns fatores que fogem do controle da distribuidora e que impactam seu nível contratual são reconhecidos pelo órgão regulador como sobras involuntárias, garantindo assim seu repasse tarifário como ocorre, por exemplo, com as sobras involuntárias decorrentes da migração de clientes cativos para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), garantidas pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004. Ao longo de 2019 a Companhia utilizou-se dos mecanismos existentes de gestão de seu portfólio de compra de energia, evitando o máximo esforço para adequação de seu nível de contratação dentro dos limites regulatórios. (iv) **Reajuste Tarifário Anual - IRT 2019:** A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.532 de 16 de abril de 2019, na 12ª reunião pública ordinária de 2019, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Cosern, com vigência a partir de 22 de abril de 2019. O reajuste tarifário traz um efeito médio para os consumidores de 4,73%, sendo que para os consumidores de alta tensão, o reajuste ficou em 2,81% para Companhia, enquanto para os da baixa tensão, ficou 5,48% para Companhia. (v) **Conta de Desenvolvimento Energético - CDE:** As distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 e 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidroenergéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante deste cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às distribuidoras de recursos provenientes do fundo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para neutralizar esses efeitos. Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às empresas distribuidoras. Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária do exercício de 2015. Sendo assim, através da Resolução Homologatória nº 2.004/15, a ANEEL homologou para a Companhia um incremento na tarifa equivalente a R\$ 9,092 por mês, estabelecendo o repasse à CCEE no período de abril de 2015 até março de 2021. Em 25 de abril de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.231, que atualiza para a Companhia o valor de incremento na tarifa para R\$ 6,982 por mês, com vigência de abril de 2017 a março de 2018, e R\$ 9,092 com vigência de abril de 2018 a março de 2020. Em 20 de março de 2019, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.521, autorizando a antecipação do final do pagamento da CDE - CONTA ACR, tendo em vista que a reserva financeira do fundo foi suficiente para antecipar o pagamento de algumas parcelas. Dessa forma, as distribuidoras somente realizaram o pagamento até agosto de 2019. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 72.741 (R\$ 102.781, em 31 de dezembro de 2018). A CCEE vem liquidando esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas são estabelecidas pela ANEEL para pagamento mensal de cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, a Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esses contratos. (vi) **Resolução Normativa nº 824/2018 - Mecanismo de Venda de Excedentes:** A Resolução nº 824/2018 regulamentou a venda de excedentes de energia elétrica pelas distribuidoras, estabelecida no parágrafo 13 do artigo 4º da Lei nº 9.074/1995. Essa venda ocorre através do Mecanismo de Venda de Excedentes - MVE, no Ambiente de Contratação Livre - ACL, de forma centralizada no âmbito da CCEE, e é de participação facultativa pelas distribuidoras. Como compradores, podem participar geradores, autoprodutores, comercializadores, consumidores livres e consumidores especiais. Para essa venda, é elegível a energia decorrente de sobrecontratação contratual da distribuidora, limitada a 15% de sua carga. Caso essa venda envolva montante de energia dentro da faixa de repasse tarifário, há a previsão de um componente financeiro, que visa compartilhar na tarifa dos consumidores cativos os eventuais ganhos com essa venda ou ressarcir-las de eventual perda financeira, a depender do PLD realizado no exercício. A Companhia participou deste novo mecanismo de gestão portfólio, no qual ela define o preço de venda e o montante que será ofertado no mecanismo.

### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Ref.	2019	2018
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			
Caixa e depósitos bancários à vista		32.373	16.523
Certificado de Depósito Bancário (CDB)		30	198.397
Fundos de investimentos (a)		209.622	78.776
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>242.025</b>	<b>293.696</b>

Em 31 de dezembro de 2019, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. (a) Fundos de investimentos de caixa e equivalente de caixa:

	2019	2018
<b>Carteira</b>		
BB TOP curto prazo	-	32.385
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	-	1.349
Títulos públicos	25.933	32
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	25.933	33.766
<b>BB Polo 28 FI renda fixa</b>		
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	29.145	20.934
<b>Bradesco FI RF referenciado DI Recife</b>		
Itaú curto prazo	29.145	20.934
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	43.383	5.649
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	5.640	13.947
<b>Itaú Salvador renda fixa curto prazo FI</b>		
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	49.023	19.596
<b>Santander Natal renda fixa curto prazo DE FI</b>		
Total - Fundos exclusivos	105.521	4.480
	209.622	78.776

### 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Ref.	2019	2018
Consumidores (a)		566.818	555.141
Terceiros		566.805	555.131
Partes relacionadas		13	10
Comercialização de energia na CCEE (b)		25.487	23.541
Disponibilização sistema de distribuição		13.929	10.885
Terceiros		13.929	10.885
Serviços prestados a terceiros		1.201	1.195
Serviços taxados e administrativos		2.569	2.265
Subvencões/subsídios governamentais		13.778	22.580
Outros créditos de terceiros		13.329	16.045
(-) Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa - PPECLD (d)		(95.029)	(98.827)
<b>Total</b>		<b>542.082</b>	<b>532.825</b>
Circulante		419.121	382.974
Não circulante		122.961	149.851

(a) **Consumidores:**

	Saldo vencidos		Total	PPECLD
	Saldos vindencios	Até Acima de 90 dias		
<b>Sector privado</b>				
Residencial	44.980	70.658	25.319	140.957
Industrial	26.836	3.700	8.160	38.696
Comercial	40.943	16.480	9.557	66.980
Rural	13.779	7.203	8.695	29.677
<b>Total</b>	<b>126.538</b>	<b>98.041</b>	<b>51.731</b>	<b>276.310</b>
<b>Sector público</b>				
Federal	4.647	52	130	4.829
Estadual	89.722	3.656	6.454	98.032
Municipal	41.512	6.701	22.563	70.776
<b>Total</b>	<b>135.881</b>	<b>10.409</b>	<b>27.347</b>	<b>173.637</b>
Iluminação pública	6.254	1.497	3.003	10.754
Serviço público	12.722	1.364	4.187	18.273
Fornecimento não faturado	87.844	-	-	87.844
<b>Total</b>	<b>369.239</b>	<b>111.311</b>	<b>86.268</b>	<b>566.818</b>
Circulante				
Não circulante				

As contas a receber de consumidores no ativo não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multas calculados *pró-rata temporis*. (b) **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE:** Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado. Do total a receber junto a CCEE, o montante de R\$ 17.020 (R\$ 17.020 em 2018), compreendem as operações realizadas no período de racionamento de energia elétrica, de setembro de 2000 a dezembro de 2002, vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Não existe provisão sobre esse valor por entender que não há risco de não recebimento. (c) **Subvencões/subsídios governamentais:** (i) Baixa renda - tarifa social: O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.121/10 e nº 10.438/02, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 11.174 e refere-se aos meses de novembro e dezembro de 2019 (R\$ 12.182 em 31 de dezembro de 2018). (ii) CDE: Em 17 de abril de 2019, foi emitida a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.532/2019, aprovando o valor mensal de R\$ 7.989 a ser repassado pela Eletrobrás durante o período de abril de 2019 a março de 2020. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 2.604 (R\$ 10.398 em 31 de dezembro de 2018) e corresponde às quotas dos meses de novembro e dezembro. (d) **PPECLD:**

	Consumidores	Outros créditos	Total
<b>Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2018</b>	(75.366)	(3.593)	(78.959)
Adoção inicial IFRS 9 / CPC 48	(19.764)	42	(19.722)
Adições	(38.138)	(429)	(38.567)
Reversões	27.840	2.041	29.881
Baixa para perdas (incobráveis)	8.540	-	8.540
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(96.888)</b>	<b>(1.939)</b>	<b>(98.827)</b>



intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IRPJ, IRRF, CSLL, IPTU, PIS/COFINS, entre outros. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 526.104 (R\$ 390.101 em 31 de dezembro de 2018) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos os autos de infração motivados por: (i) Falta de retenção do imposto de renda incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 60.704 (R\$ 39.826 em 31 de dezembro de 2018); e (ii) Não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 310.315 (R\$ 226.322 em 31 de dezembro de 2018). Os consultores jurídicos da Companhia entendem que tanto o fundamento de existência da mais-valia quanto seu uso para fins de benefício são lícitos e gozam de legitimidade jurídica. Embora os últimos julgamentos na Câmara Superior de Recursos Fiscais tenham alterado o entendimento até então, passando a não reconhecer a mais-valia decorrente de privatização, os nossos consultores legais mantêm a análise e entendimento quanto à higidez da operação e benefício fiscal, uma vez que a discussão ainda será remetida ao Poder Judiciário, a quem caberá a decisão final sobre o tema. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. **Depósitos judiciais:** Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	2019	2018
Trabalhistas	4.908	4.195
Cíveis	1.546	2.063
Fiscais	14.969	13.539
<b>Total</b>	<b>21.423</b>	<b>19.797</b>

## 19. OUTROS PASSIVOS

	Ref.	2019	2018
Ressarcimento PIS e COFINS a consumidores	(a)	659.406	-
Consumidores	(b)	18.297	27.943
Caução em garantia	(c)	31.045	22.014
Adiantamentos recebidos		1.040	471
Repasse a terceiros		14.508	3.070
Outras		6.713	7.244
<b>Total</b>		<b>731.009</b>	<b>60.742</b>
Circulante		51.583	50.598
Não circulante		679.426	10.144

(a) Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706-PR, em sede de repercussão geral, confirmando que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e de COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculos dessas contribuições. Esses embargos ainda estão pendentes de julgamento. Em setembro de 2019, transitou em julgado decisão favorável à Companhia, nos autos da Ação Declaratória nº 0801858-81.2017.4.05.8400, ajuizada em 10 de junho de 2010, que pleiteava a inexistência de relação jurídico-tributária com a União Federal no que tange à inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS e o reconhecimento do direito ao crédito relativo aos valores indevidamente recolhidos no período de 2005 a 2019, a este título devidamente atualizados pela taxa SELIC. Amparada pelas avaliações de seus assessores jurídicos e nas melhores estimativas, a Companhia constituiu ativos de PIS e de COFINS a recuperar no total de R\$ 662.618 (vide nota explicativa nº 8.2) e passivo de R\$ 659.406, líquido de honorários de êxito no montante de R\$ 3.212 devidos aos advogados. A constituição do passivo decorre do entendimento de que os montantes a serem apropriados por meio de compensação dos créditos fiscais reconhecidos deverão ser integralmente repassados aos consumidores, nos termos das normas legais e regulamentares do setor elétrico. A Companhia adotará os procedimentos do crédito tributário de acordo com as previsões legais estabelecidas pela Receita Federal do Brasil e o repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O resumo dos impactos é apresentado a seguir:

	2019	2018
<b>Balanco patrimonial</b>		
<b>Ativo</b>		
<b>Passivo</b>		
<b>Outros tributos a recuperar</b>		
PIS e COFINS	662.618	-
PIS e COFINS a serem restituídos a consumidores	-	659.406
	<b>662.618</b>	<b>659.406</b>
Circulante	166.833	-
Não circulante	495.785	659.406
<b>Demonstração do resultado</b>		

**Receita operacional bruta**  
Efeito contabilizado no passivo a restituir (444.118)  
Efeito contabilizado em tributos a recuperar 444.118  
**Resultado financeiro**  
**Outras receitas financeiras**  
Atualização de tributos a recuperar 218.500  
Atualização do passivo a restituir (218.500)  
**Efeito líquido no resultado**

A Companhia informa ainda que está levantando o total de despesas incorridas durante o período abrangido pela ação, que assim como os honorários de êxito devidos aos advogados, também deverão ser deduzidos dos valores a restituir aos consumidores, desde que autorizado pela ANEEL. (b) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de devolução de universalização, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros. (c) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos de fornecedores, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços. As garantias são atualizadas mensalmente com base nos índices IGPM ou CDI, conforme previsto em contrato.

## 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**Capital social:** O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$ 542.339. A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

Acionistas/ Qtde Ações	Total							
	vs R\$	Ordinárias *	R\$ Pref. A *	R\$ Pref. B *	R\$ Ações	R\$		
Neoenergia S.A.	118.992	383.963	18.739	60.468	16.063	51.831	153.794	496.262
Outros	10.754	34.700	1.867	6.024	1.659	5.353	14.280	46.077
<b>Total</b>	<b>129.746</b>	<b>418.663</b>	<b>20.606</b>	<b>66.492</b>	<b>17.722</b>	<b>57.184</b>	<b>168.074</b>	<b>542.339</b>

\* Lote de mil ações.  
Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) às ações preferenciais "Classe A" prioridade na distribuição de dividendos; (ii) às ações preferenciais "Classe B", prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferências "Classe A", sendo tais dividendos de ambas as classes no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. **Lucro por ação:** O cálculo do lucro básico e diluído por ação em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferências em circulação durante os exercícios apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	273.119	241.682
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	168.074	168.074
<b>Lucro básico e diluído por ação - R\$</b>	<b>1,62</b>	<b>1,44</b>

**Reservas de capital:** a) **Reserva especial de ágio:** Reserva no montante de R\$ 179.315 gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação. Em 31 de dezembro de 2019, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada é de R\$ 173.408 (R\$ 166.853 em 31 de dezembro de 2018) e a disponível para capitalização é de R\$ 135.795 (R\$ 129.240 em 31 de dezembro de 2018). **Reservas de lucros:** a) **Reserva de incentivo fiscal:** O valor correspondente ao incentivo SUDENE contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis. A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o valor de R\$ 40.220 (R\$ 31.161 em 31 de dezembro de 2018) de incentivo fiscal SUDENE. b) **Reserva legal:** Em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, as companhias brasileiras são requeridas ao final de cada exercício a constituir a reserva legal, que é calculada com base em 5% do lucro líquido, limitada a 20% do capital social. c) **Reserva de retenção de lucros:** A Lei das S.A. permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício. **Dividendos e juros sobre capital próprio:** O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos adicionais propostos e juros sobre capital próprio da seguinte forma:

Deliberação	Valor		Valor por ação		
	Provento	deliberado	ON	PNA	PNB
<b>2019</b>					
AGO de 12 de abril de 2019	Dividendos Adicionais	143.778	0,8363749	0,9200124	0,9200124
RCA de 28 de junho de 2019	JSCP - 1519	29.900	0,1739314	0,1913246	0,1913246
RCA de 13 de dezembro de 2019	JSCP	23.890	0,1389706	0,1528677	0,1528677
		<b>197.568</b>			
<b>2018</b>					
AGO de 27 de março de 2018	Dividendos Adicionais	60.531	0,3521119	0,3873231	0,3873231
RCA de 28 de junho de 2018	JSCP - 2T	27.227	0,1583823	0,1742206	0,1742206
RCA de 19 de dezembro de 2018	JSCP	26.500	0,1541533	0,1695689	0,1695686
		<b>114.258</b>			

O estatuto social da Companhia determina a remuneração mínima aos acionistas de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A remuneração mínima contempla os direitos dos acionistas detentores das ações preferências "Classe B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias. A proposta de remuneração aos acionistas foi calculada da seguinte forma:

	Ref.	2019	2018
Lucro líquido do exercício		273.119	241.682
Incentivo fiscal SUDENE		(40.220)	(31.161)
Aplicação inicial CPC 48/IFRS 9		-	(13.016)
Lucro líquido ajustado passível de distribuição		232.899	197.505
<b>Remuneração mínima obrigatória (25%)</b>		<b>58.225</b>	<b>49.376</b>
<b>Natureza das remunerações pagas e propostas:</b>			
Complemento dividendos obrigatórios		4.435	-
Juros sobre capital próprio		53.790	53.727
Dividendos adicionais propostos	(a)	-	143.778
<b>Total Bruto</b>		<b>58.225</b>	<b>197.505</b>
<b>Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15% (*)</b>		<b>(7.937)</b>	<b>(7.930)</b>

(\*) Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de imposto de renda.  
(a) Dividendos adicionais propostos: O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em lei ou outro instrumento legal, ainda não aprovado em Assembleia Geral, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, estarão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada "Dividendos adicionais propostos", até a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO. A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

	2019	2018
<b>Saldos Iniciais</b>	<b>24.304</b>	<b>1.494</b>
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados	202.003	114.258
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	(7.937)	(7.930)
Pagos no exercício	(191.819)	(83.518)
Prescritos	(165)	-
<b>Saldos finais</b>	<b>26.386</b>	<b>24.304</b>

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

## 21. RECEITA LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções é como segue:

	Ref.	2019	2018
Fornecimento de energia	(a)	1.714.505	1.647.695
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	(b)	217.593	31.039
Mecanismo de Venda de Excedentes - MVE	(c)	12.599	-
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(d)	1.468.095	1.320.753
Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros	(e)	(70.775)	15.512
Receita de construção da infraestrutura da concessão		328.781	341.779
Outras receitas	(f)	80.760	120.736
<b>Total receita bruta</b>		<b>3.751.558</b>	<b>3.477.514</b>
(-) Deduções da receita bruta	(g)	(1.128.256)	(1.080.639)
<b>Total receita operacional líquida</b>		<b>2.623.302</b>	<b>2.396.875</b>

(a) **Fornecimento de energia:** A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

Ref.	MWh (°)		R\$	
	2019	2018	2019	2018
Consumidores:				
Residencial	2.229.377	2.155.125	1.415.326	1.289.678
Industrial	296.891	316.507	177.638	177.084
Comercial	987.156	977.531	704.473	654.918
Rural	432.446	454.577	170.827	167.205
Poder público	285.577	293.183	186.994	181.318
Iluminação pública	208.766	197.987	78.619	71.494
Serviço público	258.224	251.402	140.654	127.357
Consumo próprio	5.669	5.009	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	5.049	7.996
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1)	-	(1.361.471)	(1.228.012)
Subvenção à tarifa social baixa renda			196.396	198.657
<b>Total</b>	<b>4.704.106</b>	<b>4.651.321</b>	<b>1.714.505</b>	<b>1.647.695</b>

(\*) Informações não auditadas. (1) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "TUSD média" calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

(b) **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE:** Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia. (c) **Mecanismo de Venda de Excedentes - MVE:** Em 2019 iniciou um novo mecanismo com objetivo de venda de excedente de energia, onde as distribuidoras podem ofertar montante de energia a um preço que ao ser liquidado no MVE é valorado a preço de equilíbrio gerando uma receita. (d) **Receita pela disponibilidade da rede elétrica:** A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

(f) **Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros:**

	2019	2018
<b>CVA</b>		
Energia	(75.823)	(6.947)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	22.505	12.776
TUST	9.116	(1.847)
Neutralidade dos encargos setoriais	(3.322)	524
Outras CVA's	14.802	18.874
<b>Outros itens financeiros</b>		
Revisão tarifária	-	(869)
Sobrecontratação	(29.112)	(16.047)
Risco hidrologico	(792)	(12.415)
Efeito das recontabilizações	-	92
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	(15.377)	15.775
Ressarcimento P&D	2.750	6.579
Compensação ref. acordos bilaterais de CCEAR	6.028	(1.178)
Outros Itens financeiros	(1.550)	195
<b>Total</b>	<b>(70.775)</b>	<b>15.512</b>

(f) **Outras receitas:**

	2019	2018
Renda da prestação de serviços	739	692
Arrendamentos e aluguéis	22.519	18.488
Serviço taxado	2.083	1.791
Taxa de iluminação pública	-	2.338
Administração de faturas de fraudes	117	59
Multa infração consumidor	522	340
Valor de reposição estimado da concessão	(1)	45.480
Comissão serviços de terceiros	9.300	6.338
<b>Total</b>	<b>80.760</b>	<b>120.736</b>

(1) Conforme mencionado na nota 11.1, a Companhia atualiza o ativo financeiro indenizável da concessão com base no mesmo índice de atualização da BRR (IPCA).

(g) **Deduções da receita bruta: Impostos e contribuições**

	2019	2018
ICMS	(649.545)	(593.859)
PIS	(55.749)	(50.702)
COFINS	(256.846)	(233.001)
ISS	(1.725)	(1.416)
<b>Encargos setoriais</b>		
Conta de Desenvolvimento Energética - CDE	(134.479)	(186.178)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(11.267)	(9.754)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(4.507)	(3.902)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(2.253)	(1.951)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(4.507)	10.449
Encargos do Consumidor - PROINFA	(4.551)	(3.538)
Encargos do Consumidor - CCRBT	-	(4.221)
Taxa de Fiscalização Serviço Energia Elétrica - TFSSE	(2.827)	(2.566)
<b>Total</b>	<b>(1.128.256)</b>	<b>(1.080.639)</b>

## 22. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	MWh (°)		R\$	
	2019	2018	2019	2018
<b>Energia comprada para revenda</b>				
Ambiente de Contratação				
Regulado - ACR (Leilões)	3.461.098	3.170.891	(623.254)	(487.575)
Contratos bilaterais	762.207	762.120	(160.584)	(147.703)
Contratos por cotas de garantia física	1.347.817	1.337.414	(137.580)	(120.576)
Cotas das usinas Angra I e Angra II	184.992	180.749	(46.848)	(44.826)
Mercado de curto prazo	-	14.744	(242.648)	(33.890)
PROINFA	112.921	115.631	(38.782)	(34.299)
Ressarcimento de energia	-	-	8.261	15.643
(-) Créditos de PIS e COFINS	-	-	133.764	121.560
Custos variáveis	-	-	(223.323)	(398.825)
<b>Total</b>	<b>5.869.035</b>	<b>5.581.549</b>	<b>(1.330.994)</b>	<b>(1.130.491)</b>
<b>Encargos de uso dos sistemas de distribuição</b>				
Encargos de rede básica	(153.415)	(151.324)		
Encargos de conexão	(26.456)	(22.235)		
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	2.425	(15.067)		
Encargos de Energia de Reserva - EER	(10.095)	10.612		
(-) Créditos de PIS e COFINS	16.997	17.116		
<b>Total</b>	<b>(170.544)</b>	<b>(160.898)</b>		
<b>Total de custos com energia elétrica</b>			<b>(1.501.538)</b>	<b>(1.291.389)</b>

(\*) Informações não auditadas.

## 23. CUSTO DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

**d) Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **Risco de crédito de contrapartes comerciais:** A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito. É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicado pelas agências de rating para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2019.

Ratings de longo prazo em escala nacional (*)	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	Aa1	-	AA
Bank of America	-	-	AAA
BNP Paribas	-	AAA	-
Bradesco	Aa1	AAA	AAA
Caixa Econômica Federal	Aa1	AAA	AA
Citibank	-	AAA	AAA
Goldman Sachs	-	AAA	AAA
Itaú	A1	AAA	AAA
Santander	Aaa	AAA	AAA
Morgan Stanley	-	AAA	-
MUFG	-	AAA	-
Votorantim	Aa3	AAA	-
Banco J.P. Morgan S.A	-	AAA	-
Sumitomo	-	AAA	-
Safra	Aa1	AAA	-

(\*) HSBC e Scotia Bank possuem ratings apenas em escala global  
A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2019	2018
<b>Mensurados pelo custo amortizado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	30	198.397
Títulos e valores mobiliários	1.678	1.715
Contas a receber de clientes e outros	637.111	631.652
Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros	35.319	66.986
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	241.995	95.299
Concessão do Serviço Público - Indenização	1.275.794	1.072.340

**e) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** Em 31 de dezembro de 2019 não havia valor de margem depositado referente a posições com derivativos. A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial, de juros e de índices de preços. Os instrumentos utilizados são *swaps*, *Non-Deliverable Forwards* (NDF) e opções de câmbio. Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas no quadro a seguir, que inclui informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no exercício. Com o objetivo de determinar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. (i) **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (*Libor*). Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2019	2018		2019	2018	
Ativo	US\$155.150	-	2019 a 2023	606.070	-	2019
Passivo	RS 563.076	-	-	(575.213)	-	-
Risco de crédito	-	-	-	(15)	-	-
<b>Líquido</b>	-	-	-	<b>30.842</b>	-	<b>(30.842)</b>

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente:

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2019	2018		2019	2018	
Ativo	US\$95.458	US\$95.458	2023	405.317	376.578	2019
Passivo	RS 351.890	RS 352.567	-	(358.186)	(363.462)	-
Risco de crédito	-	-	-	(6)	-	-
<b>Líquido</b>	-	-	-	<b>47.131</b>	<b>13.110</b>	<b>34.021</b>

(ii) **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA. Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

Swap IPCA vs CDI	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2019	2018		2019	2018	
Ativa	RS 405.893	RS 100.931	2022 a 2024	443.848	407.834	2019
Passiva	RS 387.217	RS 388.231	-	(384.088)	(382.669)	-
Risco de crédito	-	-	-	(112)	-	-
<b>Líquido</b>	-	-	-	<b>59.760</b>	<b>25.053</b>	<b>34.707</b>

(iii) **Programa de hedge para desembolsos em Dólar:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (*Non-Deliverable forwards*) e opções para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar. Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente:

Opções	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2019	2018		2019	2018	
Compra de Call	RS485	RS730	2019 a 2020	289	(4)	2019
Venda de Put	-	-	-	-	430	-
<b>Líquido</b>	-	-	-	<b>289</b>	<b>426</b>	<b>(137)</b>

(iv) **Programa de hedge para desembolsos em Euro:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (*Non-Deliverable Forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro. Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2019	2018		2019	2018	
Termo EUR	€ 12	€ 23	2020	(5)	(4)	2019
<b>Líquido</b>	-	-	-	<b>(5)</b>	<b>(4)</b>	<b>(1)</b>

**f) Análise de sensibilidade:** A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado ao final do exercício. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas. Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição a flutuação das taxas de câmbio ou índices de preços que encontram-se registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Ncional)		Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
				(I)	(II)		
Divida em Dólar	Dólar (US\$)	Alta do dólar	4,0307	(384.486)	(96.191)	(192.381)	-
Swap Ponta Ativa em Dólar	-	-	-	405.317	101.329	202.658	-
<b>Exposição Líquida</b>	-	-	-	<b>20.831</b>	<b>5.138</b>	<b>10.277</b>	-
Opções - Collar	-	-	-	(289)	(94)	(319)	-
Item protegido: parte de desembolsos em USD	Dólar (US\$)	Queda do dólar	4,0307	-	-	-	-
<b>Exposição Líquida</b>	-	-	-	<b>(289)</b>	<b>(94)</b>	<b>(319)</b>	-
NDF	-	-	-	(5)	(13)	(26)	-
Item protegido: parte de desembolsos em EUR	Euro (€)	Queda do euro	4,5305	-	-	-	-
<b>Exposição Líquida</b>	-	-	-	<b>(5)</b>	<b>(13)</b>	<b>(26)</b>	-

A tabela a seguir demonstra a (perda) ganho devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados:

Operação	Inde-xador	Risco	Exposição Cenário (Saldo/ Prova-vel)		Cenário (II)	Cenário (III)	
			(I)	(II)			
<b>Ativos financeiros</b>	-	-	-	-	-	-	
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	4,4%	216.870	9.542	(2.386)	(4.771)
<b>Passivos financeiros</b>	-	-	-	-	-	-	
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	4,4%	(323.284)	(15.268)	(3.817)	(7.634)
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	4,4%	(742.273)	(33.463)	(8.366)	(16.731)
Divida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	6,3%	(768.129)	(83.952)	(12.079)	(24.158)
Swaps IPCA x CDI (Ponta Ativa)	IPCA	Alta do IPCA	6,3%	443.848	48.840	6.980	13.959
Divida em SELIC	SELIC	Alta da SELIC	4,4%	(58.378)	(3.923)	(656)	(1.313)
Divida em TJLP	TJLP	Alta do TJLP	5,1%	(89.079)	(6.399)	(1.134)	(2.267)

## 27. ESTIMATIVA A VALOR JUSTO

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia; **Nível 2** - Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações diretas ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior; **Nível 3** - Ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado. O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Nível (*)	2019		2018	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b>Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)</b>				
<b>Mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>579.079</b>	<b>579.079</b>	<b>601.526</b>	<b>601.526</b>
Títulos e valores mobiliários	1.678	1.678	1.715	1.715
Contas a receber de clientes e outros	542.082	542.082	532.825	532.825
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	35.319	35.319	66.986	66.986
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>	<b>1.545.176</b>	<b>1.545.176</b>	<b>1.197.755</b>	<b>1.197.755</b>
Caixa e equivalentes de caixa	209.622	209.622	78.776	78.776
Swap cambial	2	59.760	46.639	46.639
Concessão do Serviço Público - Ativo Financeiro	3	1.275.794	1.072.340	1.072.340
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente</b>	<b>47.465</b>	<b>47.465</b>	<b>14.334</b>	<b>14.334</b>
Opções	2	289	430	430
Swap de taxa de juros e cambial	2	47.176	13.904	13.904
<b>Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)</b>				
<b>Mensurado pelo custo amortizado</b>	<b>1.541.648</b>	<b>1.538.730</b>	<b>1.270.831</b>	<b>1.270.247</b>
Fornecedores	258.423	258.423	240.497	240.497
Empréstimos e financiamentos	596.887	595.469	659.975	659.391
Debêntures	641.820	640.320	359.151	359.151
Valores a repassar da parcela A e outros itens financeiros	44.518	44.518	11.208	11.208
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>	<b>443.848</b>	<b>443.848</b>	<b>640.139</b>	<b>640.139</b>
Empréstimos e financiamentos	2	-	228.355	228.355
Debêntures	2	443.848	407.929	407.929
Swap cambial	2	-	3.855	3.855
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente</b>	<b>50</b>	<b>50</b>	<b>801</b>	<b>801</b>
Non-deliverable forwards (NDF)	2	5	4	4
Opções	2	-	4	4
Swap de taxa de juros e cambial	2	45	793	793

(\*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo  
Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2, ou entre o Nível 2 e o Nível 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. **Métodos e técnicas de avaliação:** A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado. Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. i) Concessão do serviço público: Em função da Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. Uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, a Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos. A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais. ii) Empréstimos e financiamentos: Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas e que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações. Para os empréstimos classificados como mensurados a valor justo a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida. Para as dívidas em mercado de capital, os valores justos são mensurados baseados na abordagem de mercado e seus preços de referência estão disponíveis no mercado secundário. iii) Instrumentos financeiros derivativos: **Swaps cambiais e de taxas de juros:** Na metodologia para cálculo do MTM da Companhia, o valor presente é calculado por meio da utilização das curvas de 100% do cupom cambial para a ponta ativa e de 100% do DI futuro da BM&F para a ponta passiva. No caso de *swaps*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto da ponta passiva são estimados através do desconto dos fluxos de caixa futuro. A diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do *swap* gera seu valor justo. Os ajustes ao valor justo reconhecidos no resultado, bem como as demais mudanças no saldo desses ativos e passivos financeiros se encontram divulgados na nota 14. **NDF - Non-Deliverable Forwards:** A metodologia para cálculo da marcação de mercado dos contratos de futuros de câmbio da Companhia, é conforme a seguir:  
- Para compra de futuro de moeda: M. Val = Notional Curr x [1 + m.rate - 1 + contr.rate] + FDT  
- Para venda de futuro de moeda: M. Val = Notional Curr x [1 + contr.rate - 1 + m.rate] + FDT.  
Onde: Notional Curr = *Notional* contratado em moeda estrangeira; m.rate = taxa *forward* da moeda estrangeira na data do *fixing* contratual; contr.rate = taxa a termo contratada; FDT = fator de desconto da data do vencimento até a data de apuração. **Opções de moeda:** Em conformidade com a política de gestão financeira da Companhia, a metodologia para precificação de contratos de opções de moeda considera o cálculo do valor de mercado dessas opções utilizando o modelo matemático-financeiro *Black & Scholes*. O valor resultante deve ser dividido entre valor intrínseco e valor no tempo, dado que cada um destes valores pode ter tratamento contábil distinto. "Collar de câmbio" é a combinação das opções acima, na qual a precificação é obtida somando-se o valor de cada uma.

## 28. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo para a compra de energia são como segue:

	Vigência	2021	2022	2023	2024	2025	Após 2025
Compra de Energia	De 2021 a 2030	1.202.651	1.274.236	1.326.384	1.413.476	1.525.637	9.384.015
Construção de Infraestrutura	De 2021 a 2030	360.095	394.245	353.149	417.642	417.395	2.726.343

a) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação. A Companhia efetuou uma análise dos compromissos de energia contratados que excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado, os resultados observados não foram considerados significativos para suas operações.

## 29. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS

A Companhia patrocina dois planos de complementação de aposentadoria e pensão (Plano de Benefícios Previdenciários nº 001, estruturado na modalidade Benefício Definido - BD e Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 001, estruturado na modalidade Contribuição Definida - CD). Planos de Benefícios Previdenciários: A Companhia é patrocinadora da FASERN - Fundação COSERN de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal propiciar aos seus participantes, e respectivos beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, conforme regulamentos dos planos de benefícios a que estiverem vinculados. O Plano BD (Benefício Definido) é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde março/1999. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes. O Plano de Benefícios Previdenciários nº 001 - Plano CD com características de contribuição definida, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de pecúlio por morte e por invalidez. Foi implantado em 1999, com adesão de mais de 99% dos participantes ativos. Por sua característica de poupança individual, não apresenta *deficit* ou *superávit* já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes. O Plano CD ainda confere aos participantes, benefício de recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente, ocorridas durante a atividade laboral até os 62 anos de idade. Devido a essa peculiaridade, o Plano CD também é escopo de cálculos atuariais. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia contratou junto a seguradora AXA a cobertura dos riscos relacionados a estes benefícios, o que permitiu a liquidação da obrigação atuarial que vinha sendo reconhecida. A apólice de seguro tem vigência de um ano, de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, e durante a vigência cobre a totalidade dos riscos relacionados a recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente. A partir de 2019 e nos anos subsequentes a Companhia pretende renovar anualmente esta apólice, de acordo com a nova política adotada pelo grupo. As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano. As contribuições pagas ou provisionadas para o exercício foram as seguintes:

	2019	2018
Custo do intangível em curso	(505)	(585)
Despesas operacionais	(3.755)	(3.533)
	<b>(4.260)</b>	<b>(4.118)</b>

As principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram:

	CD		BD	
	2019	2018	2019	2018
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	-	9,10%	7,41%	9,20%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	-	5,29%	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	-	N/A	4,00%	4,25%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	-	4,25%	4,00%	4,25%
Taxa de rotatividade esperada	-	6,66%	Nula	Nula
Fator de capacidade	-			

## MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN** tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2019, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pela Contadora da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG e do parecer do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e os encaminha para deliberação dos acionistas por meio da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2020.

**Armando Martínez Martínez - Presidente**

**Solange Maria Pinto Ribeiro**  
**André Augusto Telles Moreira**  
**Leonardo Pimenta Gadelha**

**Pedro Damásio Costa Neto**  
**Rogério Aschermann Martins**

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da **COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN**, sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Rua Mermoz, 150, Cidade Alta, Natal/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.324.196/0001-81, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da COSERN alusivas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; e (II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da COSERN relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Natal, 10 de fevereiro de 2020.

**Luiz Antonio Ciarlini - Diretor Presidente**

**Leonardo Pimenta Gadelha**  
**Diretor Financeiro e de**  
**Relações com Investidores**  
**Eduardo Capelastegui Saiz**  
**Diretor de Planejamento e Controle**

**Bruno Cavalcanti Coelho**  
**Diretor de Gestão de Pessoas**

**José Eduardo Pinheiro Santos Tanure**  
**Diretor de Regulação**

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN**, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404/76, e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas; e a proposta da Administração de distribuição dos resultados. Considerando o Relatório dos Auditores Independentes sem ressalvas, o Conselho Fiscal da COSERN, na totalidade de seus membros presentes, opina que as Demonstrações Financeiras refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia durante o exercício de 2019, estando aptas a serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2020.

**Francesco Gaudio**  
**Eduardo Valdés Sanchez**

**Carlos Célio de Andrade Santos**  
**Luiz Carlos Faria Ribeiro**

## MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Presidente**  
 Armando Martínez Martínez  
 Solange Maria Pinto Ribeiro  
**Vice-Presidente**  
**TITULARES**  
 André Augusto Telles Moreira  
 Helder Rocha Falcão  
 Leonardo Pimenta Gadelha  
 Pedro Damásio Costa Neto  
 Rogério Aschermann Martins  
**SUPLENTE**  
 Liane Câmara Matoso Chacon  
 Ricardo Nelson Vasconcelos

### CONSELHO FISCAL

**Presidente**  
 Francesco Gaudio  
**TITULARES**  
 Carlos Célio de Andrade Santos  
 Eduardo Valdés Sanchez  
 Luiz Carlos Faria Ribeiro  
**SUPLENTES**  
 Gláucia Janice Nietsche  
 José Antonio Lamenza  
 Marcus Martins Madureira

### DIRETORIA

Luiz Antonio Ciarlini - **Diretor-Presidente**

Leonardo Pimenta Gadelha - **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**

Eduardo Capelastegui Saiz - **Diretor de Planejamento e Controle**

José Eduardo Pinheiro Santos Tanure - **Diretor de Regulação**

Bruno Cavalcanti Coelho - **Diretor de Gestão de Pessoas**

### CONTADORA

Carla Suely Pedreira do Nascimento Reis - **Contadora: CRC BA-017210/O-1 - CPF: 614.811.305-87**

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da

Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN - Natal- RN

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

<b>Mensuração dos Ativos de Contrato, Ativos Financeiros e do Intangível</b>	
<b><i>Veja as notas explicativas 2.5, 11 e 12 das demonstrações financeiras</i></b>	
<b>Principais assuntos de auditoria</b>	<b>Como nossa auditoria conduziu esse assunto</b>
A Companhia deve atender determinadas características no seu contrato de concessão de distribuição de energia, considerando que os investimentos em expansão e melhorias da infraestrutura devem ser classificados como ativo de contrato durante o período de construção, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15), e a partir de sua efetiva entrada em operação, de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12), os investimentos são bifurcados entre Ativo Intangível, em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público através do consumo de energia pelos consumidores, e Ativo Financeiro, para os investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. A avaliação da bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível, quando da entrada em operação, envolve complexidade e julgamento por parte da Companhia que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras. Devido a esse fato, bem como à relevância dos valores e divulgações envolvidos, consideramos a mensuração dos Ativos de Contrato, Ativos Financeiros e Intangível, como significativo para a nossa auditoria.	Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave relacionados com o processo de análise e alocação entre ativo financeiro da concessão ou intangível dos investimentos realizados. Avaliamos as premissas utilizadas na bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível. Realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício para analisar a alocação dos gastos da concessão classificadas como ativo de contrato. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). Com base nos resultados dos procedimentos executados e nas evidências obtidas, consideramos que a mensuração e divulgação dos Ativos Financeiros, Intangível e de Contrato da Concessão são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
<b><i>Veja as notas explicativas 2.5 e 18 das demonstrações financeiras</i></b>	
<b>Principais assuntos de auditoria</b>	<b>Como nossa auditoria conduziu esse assunto</b>
A Companhia é parte envolvida em processos judiciais tributários referentes a dedutibilidade da amortização do ágio sobre o preço mínimo de venda da Companhia durante o prazo de concessão nas bases de cálculo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Tais processos tem montantes envolvidos estimados em cerca de R\$ 310.315 mil, cujo risco de perda foi avaliado pela Administração e seus assessores jurídicos como possível. Consequentemente, nenhuma provisão referente a esses processos foi reconhecida. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às provisões e passivos contingentes nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Solicitamos junto aos consultores legais da Companhia as confirmações por escrito dos processos judiciais referentes a dedutibilidade da amortização do ágio durante o prazo de concessão nas bases de cálculo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), contendo: (i) o estágio processual do processo judicial; e (ii) e da estimativa da classificação da probabilidade de perda. Envolvemos nossos especialistas jurídicos para auxiliar na avaliação da opinião legal obtida pela Companhia, bem como, na avaliação dos critérios e premissas utilizados para classificação da probabilidade de perda dos processos judiciais e na comparação com jurisprudência existente. Realizamos entrevistas junto à Administração e aos assessores jurídicos internos da Companhia, com o objetivo de acompanhar os desdobramentos judiciais ocorridos sobre o tema durante o exercício. Adicionalmente, quando aplicável, avaliamos as alterações de cenário entre a data base das demonstrações financeiras e a data do relatório de auditoria que, eventualmente, pudessem acarretar em mudança da avaliação efetuada. Analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram os aspectos relevantes requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que as provisões e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	
<b><i>Veja as notas explicativas 2.5, 14, 26 e 27 das demonstrações financeiras</i></b>	
<b>Principais assuntos de auditoria</b>	<b>Como nossa auditoria conduziu esse assunto</b>
A Companhia mantém operações significativas com instrumentos financeiros derivativos para proteger certos riscos originários de exposições cambiais de acordo com o critério estabelecido em sua política de gestão de risco. A mensuração, a designação desses instrumentos financeiros como contabilidade de <i>hedge</i> ( <i>hedge</i> de valor justo e <i>hedge</i> de fluxo de caixa) e a mensuração de sua	Envolvemos nossos especialistas em instrumentos financeiros para nos auxiliar na avaliação da determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e da efetividade das relações de <i>hedge</i> , utilizando dados observáveis, como fluxos descontados com base em curvas de mercado. Com base em amostragem, de transações, avaliamos a suficiência da documentação dessas operações preparada para demonstrar designação do instrumento como contabilidade de <i>hedge</i> e avaliamos o cálculo da efetividades das relações de <i>hedge</i> e suas respectivas contabilizações.

efetividade requerem o cumprimento de obrigações formais e incluem a necessidade de que a Companhia exerça julgamentos significativos em relação à proteção efetiva dos riscos de variação cambial e de juros. Devido à relevância, julgamento envolvido na mensuração da efetividade desses instrumentos financeiros derivativos, avaliação, mensuração e divulgações relacionadas ao valor justo de tais instrumentos financeiros derivativos ser complexa, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Avaliamos também se as divulgações feitas nas demonstrações financeiras, em especial em relação às análises de sensibilidade e classificação dos instrumentos financeiros consideram todos os aspectos requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que as premissas e metodologias utilizadas para mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos e contabilização dos *hedges* e as respectivas divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejam e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 12 de fevereiro de 2020



KPMG Auditores Independentes  
 CRC SP-014428/F-7  
 Marcelo Nogueira de Andrade  
 Contador CRC RJ-086312/O-6